

Doris Maria da Costa

**OS VERBOS PSICOLÓGICOS E A QUEDA DA PREPOSIÇÃO A
NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

UFSC

Coordenadoria de Pós-Graduação em Linguística

2000

Doris Maria da Costa

**OS VERBOS PSICOLÓGICOS E A QUEDA DA PREPOSIÇÃO A
NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

**Dissertação apresentada ao Curso de
Pós-Graduação em Lingüística da
Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial para
a obtenção do título de Mestre em
Lingüística.**

Orientador: Prof. Dr. Carlos Miotto

UFSC

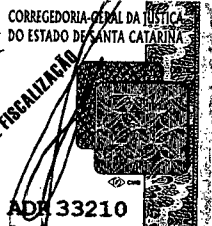
Coordenadoria de Pós-Graduação em Lingüística

2000

conferir com o original que me foi apresentado, e dou fé

26 DEZ/2000

ABELIONATO SILVA JARDIM
Ofício de Notas
Telefones 222 5120 / 5991
Rua dos Ilhéus 28
 Florianópolis Santa Catarina



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

Ata n. 014/CPGLg/2000 da Defesa de Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Linguística de **DORIS MARIA DA COSTA**, perante a Banca Examinadora designada pela Portaria n° 068/CPGLg/2000 de 30 de novembro de 2000.

Aos (19) dezenove dias do mês de dezembro de dois mil (2000), às 9 horas, na sala 008/Sala de Eventos, prédio B do CCE - Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, reuniu-se a Banca Examinadora de Dissertação, designada pelo Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Linguística, Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura, composta pelos professores: Dr. Carlos Mioto/UFSC, Presidente e Orientador; Dr. Sérgio Menuzzi/PUC-RS; Dra. Maria Cristina Figueiredo Silva como membros e Dra. Ruth Elizabeth Vasconcelos Lopes/UFSC, como membro suplente, para julgamento da Dissertação de Mestrado apresentada por Doris Maria da Costa, intitulada: *“Os Verbos Psicológicos e a Queda da Preposição “A” no Português do Brasil ”*. O Prof. Dr. Carlos Mioto deu por aberta a sessão e logo a seguir passou a palavra à mestrande, para que no prazo de cinquenta minutos expusesse seu trabalho. Terminada a exposição, passou-se à argüição pela Banca Examinadora. O Presidente suspendeu a sessão para que fosse efetivado o julgamento. Recolhidos os resultados, verificou-se haver sido atribuídos os seguintes conceitos:

Trabalho Escrito	A	B	A	
Exposição Oral	A	A	A	
Sustentação Oral	B	A	B	
Examinadores	Primeiro	Segundo	Terceiro	

TABELA: A=4 B=3 C=2

QUADRO DE REFERÊNCIAS:

Média Geral: 3,5

Médias: 3,0 ----- Aprovado

3,1 a 3,4 ----- Aprovado com Mérito

3,5 a 3,9 ----- Aprovado com Distinção

4,0 ----- Aprovado com Distinção e Louvor

A dissertação foi aprovada com média 3,5, com distinção

A Banca recomenda que, dentro do prazo de noventa (90) dias, sejam entregues à Secretaria do Curso as cópias da versão definitiva da dissertação. Nestes termos, foi lavrada a presente ata que foi assinada, pelos Membros da Banca Examinadora e pela mestrande. Em 30.10.2000.

Maria Cristina Figueiredo Silva

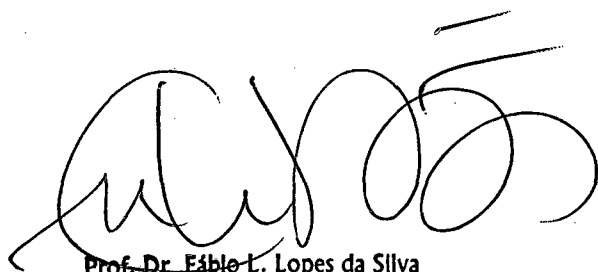
Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de Mestre em Letras/Linguística, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Carlos Mioto - Orientador

Prof. Dr. Sérgio Menuzzi

Maria Cristina Figueiredo Silva

Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Figueiredo Silva



Prof. Dr. Fábio L. Lopes da Silva
Vice-Coordenador
Pós-Graduação Linguística UFSC

**Esta dissertação é dedicada a Delmar,
Douglas, Gisele, Roberta, Daniel e Renato**

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo ao Professor Carlos Miotto, orientador desta dissertação, pelas idéias, que me ajudaram a refletir sobre o trabalho, pela sua paciência no esclarecimento das dúvidas e também por sua disponibilidade. Muito obrigada, professor, pela sua ajuda.

Um agradecimento especial para a Cristina (Maria Cristina Figueiredo Silva) pela idéia de trabalhar com verbos psicológicos e também pela orientação no início deste trabalho, suas observações foram de grande valia.

Ao professor Sérgio Menuzzi agradeço pelas sugestões apresentadas durante a defesa do meu projeto de dissertação.

Ao meus colegas de curso, em especial os da sintaxe, pelo incentivo e pelas idéias que brotaram durante os seminários de sintaxe.

À Sílvia e Sandra pelo coleguismo demonstrado localizando textos e sugerindo idéias.

Aos meus colegas da EBM Gentil Mathias da Silva pelo constante incentivo.

À amiga e ex-colega Marlise Rosicler Strehl um agradecimento todo especial, por me incentivar a fazer o curso de Mestrado.

À minha família pela confiança e pelo carinho.

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1: VERBOS PSICOLÓGICOS.....	10
1. INTRODUÇÃO.....	10
2. OS VERBOS PSICOLÓGICOS E A HIPÓTESE INACUSATIVA.....	11
2.1. Propriedades do sujeito derivado.....	13
2.2. Propriedades do objeto de preoccupare.....	15
2.3. Teoria da Vinculação.....	16
2.4. O caso.....	17
3. OS VERBOS PSICOLÓGICOS E A HIPÓTESE TRANSITIVA.....	19
3.1. O papel temático causa.....	19
3.2. As classes de verbos e suas propriedades.....	21
3.3. Os verbos das classes 2,3 e 4.....	25
3.4. O caso do experienciador objeto.....	25
3.5. Anáfora no sujeito.....	25
4. PELA MANUTENÇÃO DA HIPÓTESE INACUSATIVA.....	27
CAPÍTULO 2: VERBOS PSICOLÓGICOS NO PB.....	31
1. OS TESTES E O ESTATUTO DO SUJEITO.....	31
1.1. O Clítico Anafórico.....	31
1.2. pro arbitrário.....	34
1.3. Construções causativas.....	36
1.4. Passivização.....	37
2. SEMÂNTICA E SINTAXE.....	43
3. CONCLUSÃO.....	45
CAPÍTULO 3: ANÁLISE DOS VERBOS NO PB.....	47
1. OS VERBOS E SUAS REPRESENTAÇÕES.....	47
1.1. Verbos com dois argumentos DPs sendo o sujeito um experienciador.....	47
1.2. Verbos com dois argumentos, um DP e um PP, sendo o sujeito o experienciador.....	48
1.3. Verbos com dois argumentos DPs sendo o sujeito um tema.....	49
1.4. Verbos com um DP experienciador como sujeito e o clítico se.....	50
1.5. Verbos com dois argumentos DPs tendo o sujeito propriedades de agente.....	52
1.6. Verbos com um argumento DP tema.....	53
1.7. Verbos com um argumento DP experienciador.....	53
1.8. Resumindo.....	55
2. ALGUMAS PROPRIEDADES DOS VERBOS PSICOLÓGICOS.....	55
2.1. O Experienciador e a Preposição a.....	56
2.2. Agradar.....	57
2.3. O Caso do Experienciador.....	60
2.4. A preposição a.....	61
CONCLUSÃO.....	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67

RESUMO

Este é um trabalho de sintaxe comparativa entre os verbos psicológicos no italiano e do PB. Trata do desaparecimento da preposição *a* nos DPs experienciadores em sentenças com verbos psicológicos que apresentam o tema na posição de sujeito no PB.

Como Belletti & Rizzi (1988) consideramos estes verbos inacusativos e com o experienciador numa posição mais alta do que o tema. Note que os verbos têm dois argumentos. No PB, o sujeito desses verbos não reage bem a testes como o do clítico anafórico, de *pro* arbitrário e da passivização. No entanto, os testes evidenciam que o sujeito desses verbos não é argumento externo do verbo. Ao mesmo tempo o objeto experienciador, ao ser substituído por um quantificador universal, tem escopo sobre um WH tema, mostrando que o c-comanda.

Reafirmamos que este tipo de verbo não atribui caso acusativo estrutural, mas, por outro lado, atribui caso acusativo inerente. Queremos propor que a preposição *a* se tornou específica para atribuir caso acusativo inerente. Como ela não é um atribuidor "forte", nos contextos em que compete com o verbo para atribuir caso ela desaparece. Quando o DP experienciador aparece deslocado à esquerda ela reaparece porque as marcas casuais se diluem e precisam ser reforçadas.

Palavras-chave:

1. Preposição *a*
- 2 Caso acusativo inerente
3. Verbos psicológicos

INTRODUÇÃO

Este trabalho se constitui num estudo sobre o fenômeno do desaparecimento da preposição *a* no PB. Escolhemos sentenças contendo verbos psicológicos porque neste contexto a mudança já se encontra num estágio bastante avançado. O fato de a preposição desaparecer em tais contextos pode estar relacionado ao tipo de verbo envolvido. Por este motivo faremos uma análise detalhada dos verbos psicológicos.

Verbos psicológicos têm em sua grade temática um experienciador e um tema. A maioria apresenta um comportamento incomum em relação à hierarquia temática: o tema vai para a posição de especificador de IP ao invés do experienciador.

A comparação entre as propriedades sintáticas dos verbos no italiano e no PB, bem como a análise das propostas existentes para dar conta do fenômeno nas duas línguas servirão de ponto de partida para a elaboração do presente trabalho. Mas, sempre que se fizer necessário, buscaremos amparo em estudos já realizados nas outras línguas.

A dissertação se organiza da seguinte maneira: o primeiro capítulo apresenta as duas propostas: Belletti & Rizzi (1988) (doravante B&R) para os verbos no italiano, e Cançado (1997), para os verbos no PB. Os primeiros propõem duas estruturas para estes verbos: uma transitiva e outra inacusativa. Cançado, ao contrário, propõe uma estrutura transitiva para todos os verbos. No final retomamos os argumentos usados para rebater a proposta inacusativa e verificamos se eles são consistentes.

No segundo capítulo aplicamos aos verbos do PB os testes propostos por B&R para verificar se o sujeito é um argumento externo. Os testes servem para ver se de fato a proposta inacusativa pode ser tornada inconsistente, devendo ser abandonada, ou se os argumentos de Cançado não a invalidam.

No terceiro capítulo realizaremos a análise dos verbos, mostrando suas representações nos diagramas em forma de árvore, buscando evidências para a hipótese inacusativa. Na seção dois, apontaremos certa afinidade encontrada entre a preposição *a* e o argumento experienciador. Mostraremos o desaparecimento de *a* em sentenças com o verbo *agradar*. Buscaremos indícios de que o experienciador não está na posição de sujeito no fato de a preposição se manter quando este DP aparece à esquerda do verbo. Relacionaremos o tipo de caso atribuído ao experienciador à possibilidade de haver menos restrições ao uso da preposição *a*. Finalizando, consideraremos com mais atenção a preposição *a*, na busca de explicações para o seu desaparecimento.

CAPÍTULO 1

VERBOS PSICOLÓGICOS

1. INTRODUÇÃO

Verbos psicológicos são verbos que expressam um estado psicológico e que têm em sua grade temática um experienciador e um tema. O que chama a atenção nesses verbos é o comportamento incomum em relação ao modo como os argumentos são projetados. Pelo modo normal é de se esperar que os argumentos de um verbo obedecem a uma certa hierarquia: se houver um **agente** presente na sua grade temática, ele é que vai ser gerado mais alto na estrutura e que vai acabar na posição de sujeito da sentença; na falta do agente, o segundo na ordem de preferência para ocupar tal posição é o papel **causa**; em terceiro vem o **experienciador**; depois o **instrumento**; e o último ocupante possível desta posição é o **tema**.

Com certos verbos psicológicos, esta predição é contrariada: o tema é que vai para a posição de sujeito, enquanto o experienciador ocupa a posição de objeto. Com outros, a hierarquia prevista é seguida, ou seja, apresentam o experienciador na posição de sujeito e o tema na posição de objeto. Desse modo, a projeção dos verbos psicológicos parece ser idiossincrática. Se juntamos a este quadro verbos psicológicos que possuem apenas o experienciador ou o tema, que aparecem na posição de sujeito, temos o conjunto das sentenças (1), (2), (3) e (4):

- | | |
|------------------------------------|---------------------------|
| (1) Isto preocupa o João. | [TEMA + EXPERIENCIADOR] |
| (2) O João teme isto. | [EXPERIENCIADOR + TEMA] |
| (3) O João alegrou-se. | [EXPERIENCIADOR] |
| (4) A situação do Brasil preocupa. | [TEMA] |

Como podemos notar, nas sentenças (1) e (4) o *tema* ocupa a posição de sujeito, ao passo que nas sentenças (2) e (3) é o *experienciador* que ocupa esta posição.

Algumas análises foram desenvolvidas na tentativa de evidenciar que o comportamento desta classe de verbos não é tão imprevisível como parece. Estas análises seguem em geral duas linhas. A primeira, que incorpora uma versão da hipótese inacusativa, postula que os verbos psicológicos que apresentam o tema na posição de sujeito têm dois argumentos internos; e os que apresentam o experienciador na posição de sujeito são o núcleo de uma estrutura transitiva. A segunda postula que os verbos psicológicos são transitivos independentemente de terem o experienciador ou o tema na posição de sujeito.

2. OS VERBOS PSICOLÓGICOS E A HIPÓTESE INACUSATIVA

A análise clássica que incorpora a hipótese inacusativa foi desenvolvida por **Belletti & Rizzi (1988)** (daqui para frente **B&R**) que abordam os problemas dos verbos psicológicos do italiano. Postulam que os argumentos dos verbos psicológicos, após receberem papel temático, são projetados na DS, seguindo certos princípios.

Segundo **B&R** há três classes de verbos psicológicos: a classe 1, de verbos como *temere* (temer); a classe 2, de verbos como *preoccupare* (preocupar); e a classe 3, de verbos como *piacere* (agradar). A classe 1 se diferencia das demais por apresentar naturalmente o experienciador na posição de sujeito e o tema na posição de objeto, como podemos verificar nos exemplos dos autores em (5a):

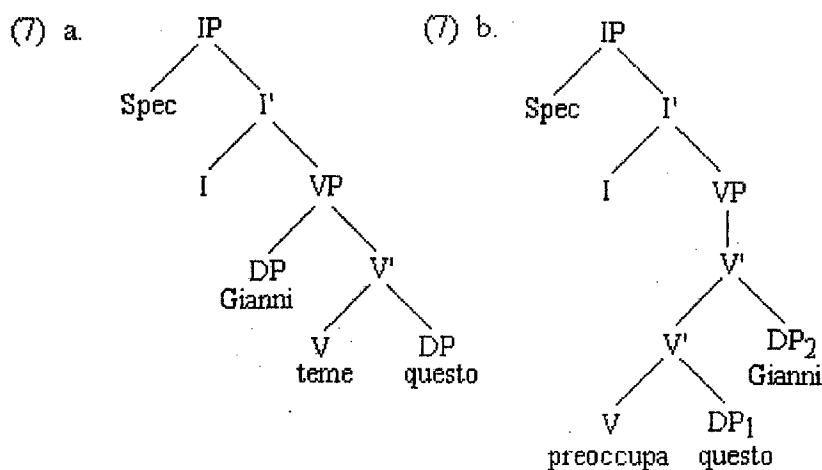
- (5) a. Gianni teme questo.
 Gianni teme isto.
- b. Questo preoccupa Gianni.
 Isto preoccupa Gianni.

A classe 2 apresenta o tema na posição de sujeito enquanto o experienciador aparece como objeto, como vemos em (5b). Por sua vez, a classe (3) pode ter o

experienciador antes ou depois do verbo, mas antecedido de um *a*, como mostram (6a) e (6b) respectivamente.

- (6) a. A Gianni piace questo
/A Gianni agrada isto/
b. Questo piace a Gianni
/Isto agrado a Gianni/

Conforme esses autores, há duas estruturas D (DS) para esses verbos, que apresentamos aqui como (7a) e (7b):



As representações em (7) (de acordo com a hipótese do sujeito interno a VP) transpõem as afirmações de B&R para uma versão que representa VP como a projeção máxima do verbo, isto é, a parte lexical da sentença que contém o verbo e seus argumentos. Além do componente lexical, a sentença contém IP que é a projeção máxima de uma categoria funcional em cujo Spec um DP recebe canonicamente o caso nominativo.

(7a) representa uma estrutura transitiva normal, com o experienciador como argumento externo do verbo. Dada sua proeminência, este argumento vai acabar sendo o sujeito da sentença. Não há outra derivação possível: enquanto *questo* é marcado por acusativo por *terne*, *Gianni* não tem caso disponível na posição de argumento externo. Por isso, deve ser marcado por caso pelo I em geral movendo-se

para Spec de IP onde recebe nominativo. Com estas características, este é um sujeito prototípico das estruturas transitivas.

(7b) é a DS dos verbos psicológicos das classes 2 e 3. A representação quer deixar claro que *preoccupare* e *piacere* não selecionam argumento externo, mas dois argumentos internos. Por não selecionarem argumento externo, estes dois tipos de verbo podem ser concebidos como ergativos. Um dos aspectos mais importantes desta postulação é que, qualquer que seja o elemento que vai ser o sujeito, ele vai ser um sujeito derivado: é gerado como complemento, mas acaba como sujeito. Por ser derivado, o comportamento do sujeito não vai ser o de um sujeito prototípico, ou seja, de um sujeito argumento externo. B&R elaboram uma série de testes que servem para diagnosticar que esta é a situação.

2.1. Propriedades do sujeito derivado

O primeiro teste se apóia no fato de que sujeitos derivados não têm habilidade de vincular clíticos anafóricos, propriedade típica dos sujeitos que são o argumento externo do verbo. Veja o contraste entre uma sentença com *temere* e outra com *preoccupare*:

- (8) a. Gianni si teme
 b. Gianni_i si_i teme e_i
- (9) a. *Gianni si preoccupa¹
 b. Gianni_i si_i preoccupa e_i

(8a) é gramatical porque a cadeia (si_i, e_i) não prejudica a atribuição de papel θ a *Gianni*: o papel θ é atribuído na posição de argumento externo que *Gianni* ocupa em (7a). Entretanto, (9a) é agramatical porque a cadeia (si_i, e_i) impede a atribuição de papel θ a *Gianni*: estando na posição θ' Spec de IP, não tem acesso à posição θ de argumento interno já vinculada pelo clítico.

O segundo teste envolve o **pro** com interpretação arbitrária que ocorre no Spec de um IP de terceira pessoa do plural:

¹ A sentença não é aceita com a interpretação *Gianni preoccupa a si mesmo*, ou seja, *si* não é anáfora.

- (10) a. Evidentemente, in questo paese per anni **pro** hanno temuto il terremoto.
Evidentemente, neste país por anos temeram o terremoto
- b. *Evidentemente, in questo paese per anni **pro** hanno preoccupato il governo.
Evidentemente, neste país por anos preocuparam o presidente

(10b) mostra que, por ter sujeito derivado, *preoccupare* não combina com **pro** arbitrário como sujeito: este elemento é licenciado por I exclusivamente em combinação com um argumento externo.

O terceiro teste é elaborado com construções causativas que não aceitam como complemento estruturas infinitivas contendo um sujeito derivado:

- (11) a. Questo lo ha fatto temere ancora di più a Mario.
Isto o fez temer cada vez mais a Mario
- b. Questo lo ha fatto [_{VP} temere ancora di più]_j a Mario VP_j
Isto o fez [_{VP} temer cada vez mais]_j a Mario VP_j
- (12) a. *Questo lo ha fatto preoccupare ancora di più a Mario.
Isto o fez preocupar cada vez mais a Mario
- b. Questo lo ha fatto [_{VP} preoccupare t_i ancora di più]_j a Mario_i VP_j
Isto o fez [_{VP} preocupar t_i cada vez mais]_j a Mario_i VP_j

Observando (11b) vemos que não há problemas quando movemos o VP_j; porém, o movimento do VP em (12b) torna da sentença agramatical porque o vestígio do sujeito derivado t_i não é vinculado adequadamente: o antecedente *Mario* não o comanda.

O último teste² leva em conta que uma sentença passiva pode ser construída com verbos da classe *temere*, mas não com um da classe *preoccupare*:

- (13) a. Gianni viene temuto da tutti.
Gianni vem temido por todos

² O quarto teste de B&R é construído sobre a observação de que um VP infinitivo não é permitido como complemento do causativo *fare se* se o sujeito derivado é vazio. Não o apresentamos aqui porque a interferência de construções incoativas obscurece o teste de tal forma que não encontramos um par mínimo com *temere* e *preoccupare*. Remetemos o leitor a B&R pp 304-308.

João é temido por todos

b. *Gianni viene preoccupato da tutti.

Gianni vem preocupado por todos

João é preocupado por todos

Notemos que os exemplos são dados com *venire* porque só passivas verbais podem ser construídas com esse auxiliar em italiano. A razão da agramaticalidade de (13b) é atribuída ao fato de *preoccupare* não ser o núcleo de uma estrutura transitiva verdadeira com argumento externo.

Em resumo, B&R usam os testes, rapidamente apresentados, para sustentar as estruturas lexicais diferentes postuladas para as classes de verbos psicológicos. Os testes são todos dirigidos para um ponto: o que mostra que os sujeitos das classes 2 e 3 são gerados como argumento interno e que, por isso, não se comportam como sujeitos que correspondem a argumento externo.

2.2. Propriedades do objeto de *preoccupare*

Além de notarem que o sujeito dos verbos da classe 2 e 3 são derivados, B&R mostram que o objeto de *preoccupare* não se comporta como um verdadeiro objeto. Uma das propriedades assentadas por Chomsky (1986) quanto ao argumento interno irmão do verbo é que ele é L-marcado por V. Por causa desta propriedade este DP constitui um domínio transparente para a extração.

Observe o par mínimo abaixo:

(14) a. La ragazza di cui Gianni teme il padre.

A moça de que Gianni teme o pai

b. La ragazza di cui_i Gianni teme [_{DP} il padre e_i]

A moça de que_i Gianni teme [_{DP} o pai e_i]

(15) a. *La ragazza di cui Gianni preoccupa il padre.

A moça de que Gianni preoccupa o pai

b. La ragazza di cui_i Gianni preoccupa [_{DP} il padre e_i]

A moça de que_i Gianni_j preoccupa e_j [_{DP} o pai e_i]

Apesar de parecerem idênticos, os objetos de *temere* e *preoccupare* se comportam distintamente quanto a permitir que se extraia *di cui*. Isto porque em (14) o DP objeto é L-marcado por *teme* e como tal não se constitui numa barreira para a extração. Como o objeto experienciador de *preoccupa*, que corresponde a DP₂ em (7b), não é irmão de V, mas de V', ele não é L-marcado.

Estes fatos permitem B&R estabelecerem que o objeto experienciador não é um complemento de V e defenderem que a estrutura dos verbos psicológicos das classes 2 e 3 se representa como em (7b). Por sua vez, os verbos da classe I se estruturam como em (7a). Desta forma, o argumento **tema** dos verbos psicológicos vai ser sempre o irmão de V na DS, enquanto o experienciador ora é gerado como argumento externo, ora como um dos argumentos internos, o mais alto, do verbo.

2.3. Teoria da Vinculação

B&R buscam sustentação adicional para a hipótese de que a estrutura lexical de *preoccupare* é como em (7b) no quebra-cabeças que é criado para o Princípio A da Teoria da Vinculação: o fato de uma anáfora dentro do **tema** sujeito poder ser vinculada pelo objeto **experienciador**:

(16) Queste pettegolezzi su di sé_i preoccupano Gianni_i più di ogni altra
cosa.

*Estas fofocas de si_i preocupam Gianni_i mais do que qualquer outra
coisa*

Como explicar que uma anáfora como *sé* é vinculada por *Gianni* se este DP não a c-comanda em (16)?

A explicação surge naturalmente quando se assume que o Princípio A pode se aplicar em outro nível de representação que não a SS. Como a estrutura lexical de *preoccupare* é como (7b), o **experienciador** vai c-comandar em DS o **tema** que contém a anáfora e, neste nível, o Princípio A é satisfeito. Portanto, *queste pettegolezzi su di sé* em (16) só pode ser um sujeito derivado: alçado da posição DP₁ que é c-comandada pelo DP₂ preenchido por *Gianni*.

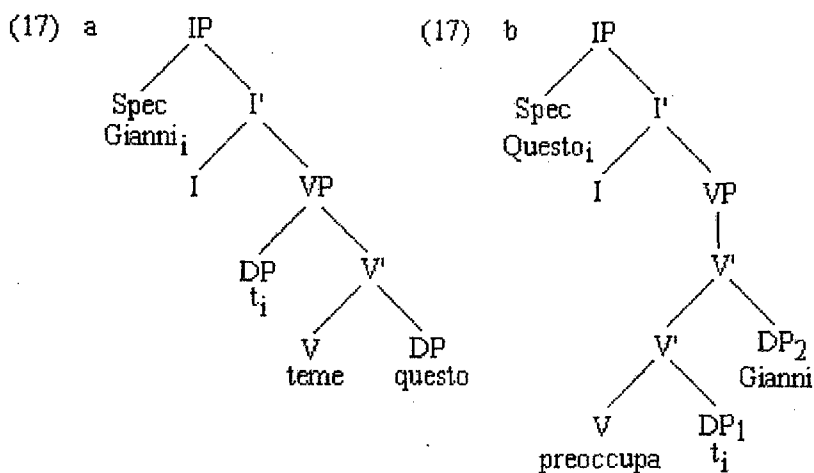
2.4. O caso

De acordo com a Teoria do Caso, todo DP precisa de caso. O caso, por sua vez, pode ser atribuído pelos núcleos lexicais V e P, ou pelo núcleo funcional I aos DPs regidos por eles. Todos esses são casos estruturais. O caso que o V atribui ao tema é o acusativo, o caso que a P atribui ao DP é o oblíquo e o caso atribuído por I ao DP sujeito é o nominativo.

B&R postulam que os verbos, além de atribuírem caso estrutural, podem atribuir casos inerentes aos DPs regidos por eles.

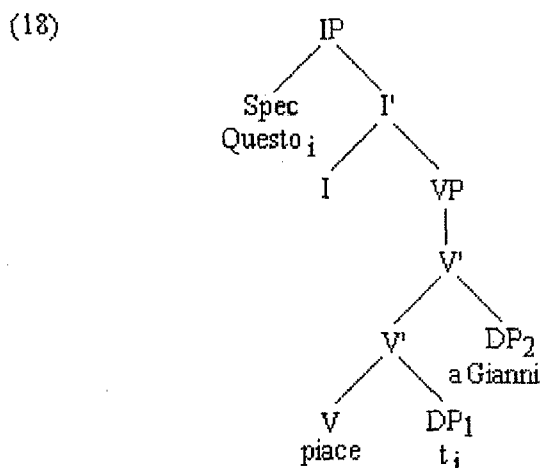
2.4.1. do experienciador

Os verbos psicológicos da classe de *temere* comportam-se normalmente em relação à Teoria do Caso, pois o experienciador, que tem a preferência para ocupar a posição de sujeito, recebe caso nominativo e vai para a posição Spec de IP, como podemos observar em (17a):



Com os verbos da classe de *preoccupare* o que é alçado é o tema, permanecendo o experienciador interno a V'. Isto faz B&R postularem que o verbo atribui um Caso acusativo inerente a *Gianni*. Já com os verbos da classe 3, a presença da preposição *a*

junto a *Gianni* denuncia a atribuição de Caso dativo inerente ao DP experienciador³, como representamos em (18):

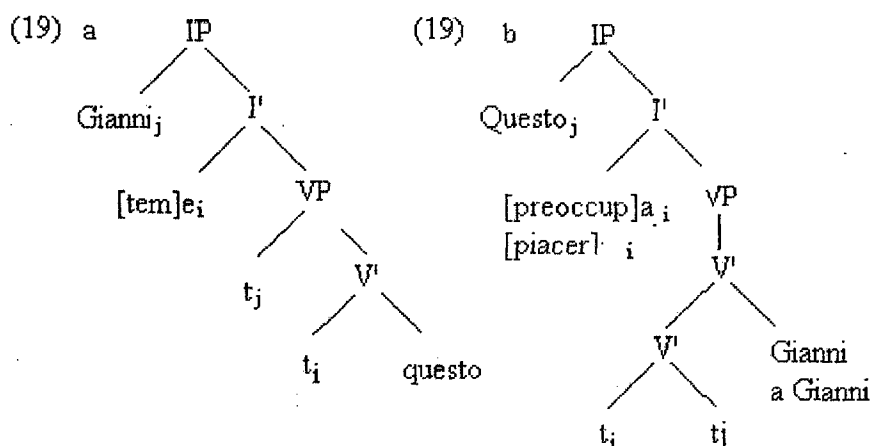


Devido à presença da preposição, o DP *a Gianni* adquire a liberdade de ocupar tanto a posição pré-verbal quanto a posição pós-verbal.

2.4.2. do tema

O tema dos verbos da classe 1 como *temere* (19a) recebe Caso acusativo estrutural do verbo, o que é previsível, enquanto o tema dos verbos das classes 2 como *preoccupare* e 3 como *piacere* (19b) recebem Caso nominativo estrutural de I e vão para a posição de sujeito, o que não é comum. O fato de o tema ir para a posição de sujeito leva B&R a considerar esses verbos inacusativos, apesar de terem dois argumentos, pois se esses verbos tivessem a capacidade de atribuir caso acusativo estrutural, este só poderia ser atribuído ao tema. Concluem então, que o tema se move para a posição de especificador de IP a fim de receber Caso.

³ O clítico que ocorre com a classe de *preoccupare* é o que costuma ser marcado por acusativo. O clítico que aparece com a classe de *piacere* é marcado por dativo.



Postulando que os verbos das classes 2 e 3 atribuem casos inerentes, B&R conseguem dar uma explicação para o fato de os experienciadores permanecerem na posição pós-verbal, pois todo DP tem que receber caso e, se não há caso estrutural disponível, este deve ser inerente.

3. OS VERBOS PSICOLÓGICOS E A HIPÓTESE TRANSITIVA

Em desacordo com B&R, **Cançado (1997)** afirma que todos os verbos psicológicos têm a mesma estrutura: uma semelhante àquela representada em (7.a). A solução para o problema de qual DP acaba na posição de sujeito da sentença depende de uma classificação mais fina dos papéis temáticos em jogo.

3.1. O papel temático causa

Para Cançado, o papel temático que os verbos das classes 2 e 3 atribuem a um de seus argumentos não é tema, mas sim causa, e, como tal, deve ser o primeiro a ser atribuído. Por isso este argumento vai parar na posição de sujeito. Ela toma como base de sua proposta o trabalho de Grimshaw (1990) que postula que a estrutura argumental surge da combinação da hierarquia temática com a hierarquia aspectual.

Como supõe uma grade temática igual para todos os verbos psicológicos, Grimshaw atribui a diferença de comportamento entre as classes à carga aspectual.

Assim, o aspecto atribui um estatuto diferente ao tema quando selecionado por *temer* ou por *assustar*. *Assustar* implica um sentido causativo que não é compartilhado por *temer*. Quando um argumento recebe esse aspecto *causa*, ele é projetado na posição de sujeito, por ser o mais proeminente, como está retratado em (20b):

- (20) a. (Ag (Exp (Alvo... (Tema)))) → Hierarquia temática
 b. (Causa (outro (...))) → Hierarquia aspectual

É esse caráter aspectual que divide os verbos psicológicos em diferentes sub-classes. Transcrevemos a sentença (21a) e, em (21b), as dimensões hierárquicas que Grimshaw afirma interferirem na projeção argumental:

- (21) a. The building frightened the tourist.
O edifício assustou o turista
 b. FRIGHTEN: (x (y))
 assustar Exp Tema → Dimensão Temática
 Causa → Dimensão aspectual

Assim, o que justifica o tema *the building* (o edifício) estar na posição de sujeito em (21a) é o fato de ele ter o aspecto *causa*.

Cançado introduz um fato novo ao propor que não é um aspecto causa que está em questão, mas um **papel temático causa**. Observe as sentenças em (22) e (23):

(22) O artigo do Estadão aborrece João.

(23) O artigo no Estadão causa João ficar aborrecido.

Em (22) *o artigo no Estadão* é causa e não tema, assim como parafraseado em (23).

A diferença entre os verbos *temer* da classe 1 e *aborrecer* da classe 2, portanto, está nas redes temáticas (24) e (25) que os caracterizam.

- (24) *temer* <Exp. >Obj>>
 (25) *aborrecer* <Cau. <Exp.>>

Em (24), onde o papel temático causa não está presente, o experienciador ocupa a posição de sujeito; em (25), como o papel temático causa está presente, o DP que o recebe ocupa a posição de sujeito, ficando o experienciador na posição de objeto.

3.2. As classes de verbos e suas propriedades

Cançado apresenta um quadro, (26), com as propriedades sintáticas das quatro classes de verbos psicológicos: a) a posição do experienciador na SS; b) aceitação de clítico anafórico; c) aceitação de construções ergativas; d) aceitação de construções causativas; e) possibilidade de passivização sintática ou adjetiva; f) aceitação da interpretação arbitrária de *pro*; g) possibilidade de orações causativas encabeçadas.

(26)	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4
	<i>temer</i>	<i>preocupar</i>	<i>acalmar</i>	<i>animar</i>
a.	Exp, - suj.	Exp. - obj.	Exp. - obj.	Exp. - obj.
b.	- anaf.	+ anaf.	+ anaf.	+ anaf.
c.	- erg.	+ erg.	+ erg.	+ erg.
d.	- caus.	+ caus.	+ caus.	+ caus.
e.	+ p. sin.	+ p. adj.	+ p. sin.	+ p. sin. E adj.
f.	+ pro	- pro	+ pro	+ pro
g.	+ c. enc.	- c. enc.	+ c. enc.	+c. enc.

Do quadro acima vamos nos ater aos testes apresentados por B&R como evidências de que o sujeito não é o argumento externo dos verbos da classe 2. E

destes apenas os relevantes no PB, isto é, nos concentraremos nos testes do clítico anafórico, *pro* arbitrário e passivização.

3.2.1. O Clítico Anafórico

A classe I reage aos testes de modo semelhante ao que acontece no italiano. Porém, Cançado afirma que o teste do clítico anafórico não funciona bem, pois não vale para todos os verbos da classe. Reproduzimos em (27) os seus exemplos e julgamentos:

- (27) a. João se teme.
 b. ?José se deseja.
 c. *Maria se ambiciona.

Quanto aos verbos da classe de *preocupar*, eles não toleram o clítico anafórico, assim como B&R afirmam que acontece no Italiano. Veja o exemplo em (28):

- (28) *A mãe se preocupa

Porém Cançado afirma que este teste não é decisivo para a conclusão de que o sujeito *a mãe* é profundo ou derivado. O que o teste indica é que o sujeito não tem traço agentivo.

Quando o sujeito incorpora traço de agentividade, mesmo verbos que têm o experienciador na posição de objeto permitem o clítico anafórico, como se observa na(s) outra(s) classe(s) de verbos psicológicos exemplificados por (29):

- (29) a. Maria se acalmou (com um remédio)
 b. José se animou (com uma bebida forte)

Para que o clítico seja anafórico, o sujeito tem que incorporar o traço agentivo evidenciado pela continuação entre os parênteses⁴.

Assim, o teste não é decisivo para determinar se se trata de uma estrutura com um verbo transitivo ou não: existem verbos que são encarados como transitivos por B&R que não aceitam a construção com clítico anafórico; e existem verbos com experienciador na posição de objeto que podem ocorrer em construções com clítico anafórico.

3.2.2. *Pro* Arbitrário

Outro teste é ver se estes verbos não aceitam *pro* arbitrário na posição de sujeito. Os exemplos apresentados são repetidos em (30):

- (30) a. *pro* Temiam o terremoto.
 b. **pro* Preocupam a mãe com aquela arrogância.

(30b) não permite a interpretação arbitrária de *pro* e, de novo, esta impossibilidade é explicada a partir do fato de não haver agentividade na estrutura. Mas, se o sujeito pode ser agente, ele preenche os requisitos para ser argumento externo, e o verbo pode licenciar um *pro* arbitrário, como mostra (31):

- (31) a. Acalmaram o João (com um remédio)
 b. Animaram o João (com uma bebida forte)

3.2.3. Passivização

O fato de um verbo possuir argumento externo interfere na possibilidade de passivização. Os verbos que têm o experienciador como sujeito, com os traços

⁴ O argumento da autora não leva em consideração o que Fillmore afirma sobre o agente: *é aquele que pode ter intenção, volição*. Este autor faz testes introduzindo nas sentenças advérbios como *intencionalmente* para verificar se o sujeito é um agente. Observemos (i) e (ii):

- (i) *Maria se acalmou intencionalmente.
 (ii) *Maria se animou intencionalmente.

Este teste mostra que o sujeito não é um agente.

[+humano] e [+animado], têm a passiva sintática como contraparte, como vemos em (32):

- (32) a. Maria teme João
b. João é temido por Maria

Entretanto, os verbos que têm o experienciador como objeto resistem à passiva sintática apresentando como contraparte a passiva adjetiva, como mostra (33):

- (33) a. *João é aborrecido pelo trabalho
b. João está aborrecido (com o trabalho)

Se a agentividade está presente no sujeito, um verbo que tem o experienciador como objeto apresenta um comportamento diferente em relação à passiva sintática, como em (34) e (35):

- (34) a. A multidão foi acalmada pelos policiais
b. *A multidão está acalmada⁵
(35) a. João foi animado por Maria
b. João está animado

Em (34a), com o verbo *acalmar*, o DP *os policiais* é claramente um agente [+animado, +humano] e, portanto, permite a passiva sintática. Já a passiva adjetiva (34 b) não é possível. Em (35) o verbo *animar* permite tanto a passiva verbal (35a) quanto a passiva adjetiva.

⁵ Veja que a sentença é possível se tem uma interpretação resultativa em jogo, como quando responde a pergunta:

- (i) — Como está a multidão
— Está acalmada.

3.3. Os Verbos das classes 2, 3 e 4

Recordemos que B&R dividiram os verbos psicológicos em duas classes maiores de acordo com a propriedade sintática de ter o experienciador na posição de sujeito (*temere*) ou de não ter. A classe dos verbos que tem o experienciador como objeto se divide em duas subclasses representadas por *preoccupare*, que atribui acusativo, e *piacere* que atribui dativo ao experienciador.

Cançado, enquanto concorda basicamente com B&R no que diz respeito à classe de *temer*, mostra que existem três subclasses para os verbos que têm o experienciador como objeto: a primeira, representada por *preocupar*, é a que tem um maior número de itens lexicais admite apenas passiva adjetiva; a segunda representada por *acalmar*⁶, que admite passiva sintática mas não passiva adjetiva; e a terceira, representada por *animar*, que admite os dois tipos de passiva.

3.4. O caso do experienciador objeto

Recordemos que B&R estipulam que o caso atribuído ao objeto experienciador de *preocupar* é acusativo, mas é um caso inerente e não estrutural. Cançado afirma que no português este caso tem as propriedades de caso estrutural, não sendo necessário aumentar o custo teórico com a estipulação de caso inerente. Com sua proposta de que todos os verbos psicológicos com dois argumentos são transitivos, ela reconcilia a teoria com o acusativo estrutural: como de praxe, o verbo atribui acusativo ao seu objeto. Assim, não se torna necessário reformular a generalização de Burzio sobre os verbos incapazes de atribuir acusativo ao seu complemento. Se o experienciador recebe acusativo, ele é o complemento e irmão do verbo que o seleciona.

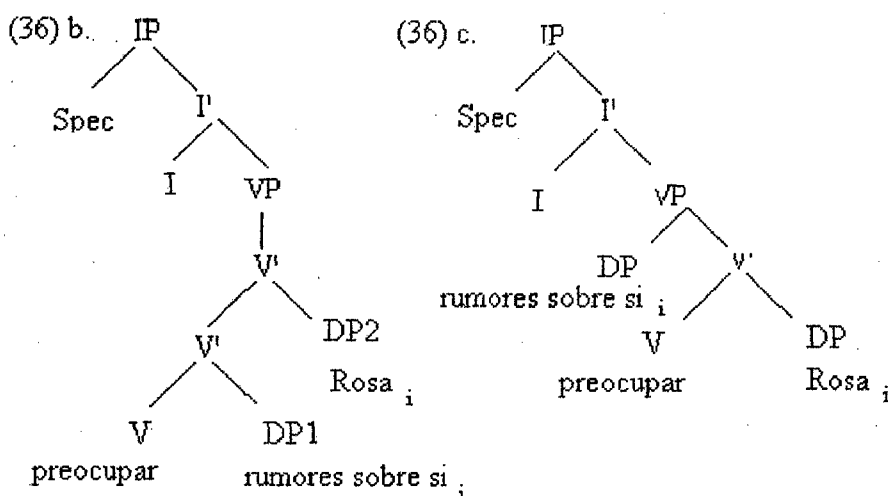
3.5. Anáfora no sujeito

Um dos argumentos de B&R para postular que os verbos psicológicos com experienciador como objeto se constroem sem argumento externo é o fato de que

⁶ *Acalmar* deriva do adjetivo *calmo*, *inquietar* deriva de *quieto*. Em verbos derivados de adjetivos ocorre o efeito de *blocking* da passiva adjetiva.

com estes verbos é permitido que o objeto vincule uma anáfora (de longa distância (LDA)) no sujeito. Se este experienciador é gerado em uma posição capaz de c-comandar o argumento que vai virar sujeito (e se o Princípio A pode se aplicar na DS), então é fornecida uma explicação para a anáfora em (36a): *Rosa_i* c-comanda *rumores sobre si_i* em (36b), o que responde pela boa formação da anáfora .

(36) a. Rumores sobre si_i preocupam Rosa_i



A condição de c-comando cria, em princípio, um grave problema para a proposta de que *preocupar* é um verbo transitivo. Neste caso, *rumores sobre si* vai ser o argumento externo e a anáfora não vai ser c-comandada por *Rosa*.

Em Cançado & Franchi (1998) esta questão é debatida e os autores sugerem que uma LDA deve buscar outro tipo de explicação que não a formulada por B&R (e também aquela formulada por Giorgi (1984) em termos da hierarquia temática). As evidências para tanto provêm de dois tipos de fenômenos: o fato de LDA ser possível com outros verbos além dos psicológicos (37); e o fato de, se o verbo é psicológico, uma LDA ser possível mesmo quando o antecedente não é o argumento do verbo (38).

(37) A distância entre si e o orientador obriga João a longas viagens.

(38) Estórias sobre si mesmo tem a aprovação do vaidoso mestre

Em (37) o verbo é causativo e é permitido que a anáfora no sujeito seja vinculada pelo objeto. Em (38), o antecedente *vaidoso mestre* não é argumento do verbo.

Diante destas evidências, os autores postulam que a condição de c-comando não é decisiva para a LDA e assim uma estrutura transitiva não seria problemática para os verbos psicológicos. Retomam as duas propostas que explicam as condições excepcionais de ligação de anáforas, isto é, a proposta inacusativa e a proposta da proeminência do antecedente.

4. PELA MANUTENÇÃO DA HIPÓTESE INACUSATIVA

Nas seções anteriores foram apresentadas duas análises para os verbos psicológicos. A análise de B&R assume a hipótese inacusativa e enquadra os verbos psicológicos de dois argumentos em duas subclasses: os que têm o experienciador na posição de sujeito pertencem à subclasse dos transitivos; e os que têm o tema na posição de sujeito pertencem à subclasse dos inacusativos. A análise de Cançado afirma que os verbos psicológicos de dois argumentos são todos transitivos.

Ao propor sua análise, Cançado contesta B&R procurando mostrar que os testes elaborados por eles não são decisivos para revelar que existe uma classe de verbos psicológicos inacusativos, isto é, que o sujeito tema é derivado. Como pretendemos manter a análise de B&R, precisamos mostrar que as críticas não nos forcem a abandonar a hipótese inacusativa para os verbos psicológicos.

Os contra-argumentos de Cançado (1997) e Cançado & Franchi (1998) se atêm a vários pontos: ao fato de o teste com o clítico não se aplicar a todos os verbos da classe 1, às anáforas de longa distância LDA, ao alto custo teórico da proposição de um caso inerente, e à proposição de um papel temático *causa*.

Um ponto que Cançado & Franchi usam como argumento contra a hipótese inacusativa é o fato de alguns testes não funcionarem muito bem. Entretanto, o fato de um teste não funcionar bem não inviabiliza por si só uma hipótese, apenas mostra que não é um bom teste para o que se quer sustentar.

Se tomamos o teste do clítico anafórico, vamos ver que realmente nem todos os verbos que apresentam o experienciador na posição de sujeito aceitam o clítico

anafórico. Mas pelo menos alguns destes verbos o aceitam, enquanto nenhum dos verbos que têm o tema como sujeito aceitam tal clítico. No fim das contas, ainda sobra alguma ponta de evidência para afirmar que, se o teste do clítico anafórico é decisivo, ele concorre para mostrar que o sujeito de *preocupar* é derivado enquanto o de *temer* não é. Principalmente, se levarmos em consideração o fato de haver verbos que, mesmo sendo transitivos, não aceitam o clítico reflexivo. Vejamos a sentença (39):

(39) João assentou os azulejos.

O verbo da sentença acima é um transitivo verdadeiro, entretanto ele não aceita uma construção reflexiva com o clítico *se*. Podemos verificar isto em (40):

(40) *João se assentou.

Assim, o fato de um verbo transitivo não aceitar o clítico reflexivo, pode ser devido a outras causas, como o papel temático do argumento interno, por exemplo.

O mérito de Cançado é ter mostrado que nem sempre os testes concorrem para provar que uma propriedade é consistente. De um teste, se funciona bem, pode-se dizer que ele fornece indícios para confirmar uma propriedade que se quer atribuir a uma construção; porém, o fato de ele funcionar mal não parece ser suficiente para tirarmos a conclusão de que tal propriedade não se aplica: o problema pode ficar circunscrito ao próprio teste sem desmontar a hipótese que se quer defender.

Cançado & Franchi mostram convincentemente que o fato de o sujeito tema de um verbo psicológico poder conter uma LDA vinculada pelo objeto experienciador não pode ser tomado como evidência de que o experienciador é gerado em uma posição mais alta do que o tema que contém a anáfora. Por um lado, existem outros tipos de verbo, como os causativos, com os quais o fenômeno das LDA ocorre, como em (41):

(41) A distância entre si e o orientador obriga João a longas viagens.

(42) Estórias sobre si mesmo tem a aprovação do vaidoso mestre

Por outro, uma LDA no sujeito pode ser vinculada mesmo por um antecedente que não é argumento do verbo (42), situação em que a condição de c-comando não pode ser invocada como imprescindível. Assim, se no modelo da época B&R precisavam representar um VP com dois objetos de tal modo que o experienciador c-comandasse o tema, as LDAs não podem ser usadas como evidência para tanto. As LDAs devem ser explicadas de modo independente, o que não nos força a abandonar a hipótese inacusativa.

Outro ponto abordado por Cançado é o argumento de que existe um custo teórico muito alto ao se propor um caso acusativo inerente para o experienciador. Isto obriga B&R a enfraquecerem a generalização de Burzio estendendo-a a verbos que não são mono-argumentais. Entretanto, apesar de *ad hoc*, este mecanismo permite entender por que o caso do experienciador em italiano ora é acusativo (com o verbo *preoccupare*) ora dativo (com o verbo *piacere*) e no PB é generalizado acusativo.

Por fim, a proposta de Cançado de que há um papel temático **causa**, em vez de **tema**, que suporta a hipótese transitiva para todos os verbos psicológicos de dois argumentos não parece decisiva. O problema é que não fica claro como diferenciar o papel temático atribuído por *aborrecer* ao argumento que não é o experienciador do papel atribuído por *temer*. Observemos as sentenças (43) e (44):

- (43) a. João teme cachorro.
 b. Cachorro causa temor no João
- (44) a. Cachorro assusta João
 b. Cachorro causa susto no João

Se o argumento *cachorro* em (44a) é a causa do *susto de João* parece que o mesmo acontece em (43a). Ou seja, se o argumento para indicar a diferença são as paráfrases (43b e (44b), não parece haver meios para justificar a diferença de comportamento destes verbos. Também não parece ser decisiva na distinção entre as classes de verbos psicológicos a afirmação de que no caso de *temer* o objeto tem um papel estativo, não implicando mudança de estado. Se comparamos outra vez (43) com (44), vamos ver que o experienciador não muda de estado nos dois eventos. Esta parece ser a situação porque a comparação se estabelece entre dois verbos que não estão no tempo passado.

Além destes, há ainda outro fato para mostrar que não se trata de papel temático **causa**: o verbo não pode passivizar. Se fosse **causa**, seria argumento externo e a passivização seria possível, como vemos em (45a) e (45b):

- (45) a. A demissão de Maria causou um sentimento de revolta.
 b. Um sentimento de revolta foi causado pela demissão de Maria.

(45b) é uma sentença gramatical porque *a demissão de Maria* é argumento externo do verbo. Então, se um dos argumentos de verbos como *perturbar* (46a) fosse **causa**, a passiva deveria ser possível:

- (46) a. A demissão de Maria perturbou o João.
 b. *O João foi perturbado pela demissão de Maria.

Como podemos observar, a passivização é inviável em (46b), o que nos faz concluir que o argumento *a demissão de Maria* é **tema** e não **causa**. A passiva só é permitida com argumento externo.

No próximo capítulo, vamos estudar os verbos psicológicos no português brasileiro tentando mostrar que os testes de B&R são sistematicamente comprometidos pela interferência de um traço mais agentivo associado ao que seria o tema. Isso, no entanto, não vai impedir que mantenhamos a hipótese inacusativa em nosso estudo.

CAPÍTULO 2

VERBOS PSICOLÓGICOS NO PB

No capítulo anterior apresentamos duas análises diferentes para os verbos psicológicos. Uma, a de B&R (1988), que propõe duas estruturas para estes verbos: a estrutura transitiva para os verbos que apresentam o experienciador na posição de sujeito e uma estrutura com dois argumentos internos para os verbos com o tema na posição de sujeito. A reação diversa destes últimos verbos a cinco testes faz com que os autores os considerem inacusativos. A outra análise, de Cançado (1995) e (1997), e Cançado & Franchi (1998), propõe que todos os verbos psicológicos têm uma estrutura transitiva. A base para esta afirmação é, por um lado, que os testes propostos por B&R para verificar se o sujeito é o argumento externo do verbo não funcionam no PB. Por outro lado, é que, dos verbos que têm o experienciador como objeto, o sujeito têm proeminência por conter um papel temático causa.

Neste capítulo, aplicaremos os testes de B&R aos verbos psicológicos do PB para verificar se há alguma sistematicidade em seu comportamento que permita manter a proposta de B&R ou então que nos force a abandoná-la. Além disso, apresentaremos o trabalho de Kim & Larson (1989) que reforça ainda mais a hipótese inacusativa.

1. OS TESTES E O ESTATUTO DO SUJEITO

II. O Clítico Anafórico

O teste do clítico anafórico serve para verificar se o sujeito da sentença é ou não o argumento externo, pois somente sujeitos que são o argumento externo

propiciam as condições de ligação adequadas. Quando o sujeito não é argumento externo, não está numa posição de onde c-comande o clítico e, portanto, não pode ligá-lo.

1.1.1. Verbos com o experienciador como sujeito

No PB, alguns dos verbos psicológicos que apresentam o experienciador na posição de sujeito aceitam o clítico anafórico (1) e outros parecem não aceitar (2):

- (1) a. O João se conhece.
 b. A Maria se teme.
 c. O André se ama.
- (2) a. *O João se deseja.
 b. *A Márcia se aspira.
 c. *A Leonora se almeja

Os verbos em (1) aceitam o clítico anafórico, como o esperado. Porém, as sentenças em (2) não são bem formadas. O que se observa é que os verbos em (2) pertencem a uma classe especial de psicológicos que implica **volição**.

Por motivos que não conseguimos estabelecer no momento, o teste do clítico anafórico falha sistematicamente com esta classe, menos se o que é subcategorizado por estes verbos é uma *small clause* (SC), como as que estão em (3):

- (3) a. João se deseja livre.
 b. Márcia se aspira famosa.
 c. A Leonora se almeja formada.

Podemos admitir que a estrutura das sentenças em (3), de acordo como Mioto et al (1999) é como (4):

- (4) a. João se_i deseja [SC t_i livre]
 b. Márcia se_i aspira [SC t_i famosa]
 c. A Leonora se_i almeja [SC t_i formada]

Se é o sujeito da SC que tem o adjetivo por predicado, e é o verbo volitivo que lhe atribui caso acusativo: a suposição tradicional é que nestes contextos não existe CP tal como quando o sujeito do complemento do verbo é um PRO. Mediante (3) e (4) é possível observar que uma anáfora pode ocorrer, ainda que os verbos de volição exijam uma configuração especial para mostrar isto. Então, não se pode dizer que eles não aceitam nunca a anáfora.

1.1.2. Verbos com o experienciador como objeto

Vejamos agora como se comportam os verbos psicológicos que têm o experienciador na posição de complemento e o tema como sujeito em relação ao teste do clítico anafórico. Observemos as sentenças em (5) onde o experienciador aparece como sujeito:

- (5)
- a. A Maria se acalmou.
 - b. O João se assustou.
 - c. O Marcos se animou.

As sentenças são gramaticais com o *se*, mas pode ser o caso que o clítico não seja um anafórico com papel temático especificado.

Numa interpretação, aquela que não supõe o clítico anafórico temático, as sentenças de (5) são incoativas, o que se torna claro ao acrescentamos o PP *com a chegada do marido* em (6):

- (6)
- a. A Maria se acalma com a chegada do marido.
 - b. O João se assusta com a chegada do marido.
 - c. A Marta se anima com a chegada do marido.

Nestas sentenças, o experienciador ocupa a posição de sujeito, para onde foi alçado: de modo paralelo ao que acontece com o agente nas construções passivas, o tema *a chegada do marido* é “detematizado” (Roberts (1987)), realizando-se como um adjunto e deixando o caminho livre para a subida do experienciador.

Veja que os verbos psicológicos transitivos não toleram este tipo de construção:

- (7) a. *O João se odeia com a chegada da Maria.
b. *O João se teme com a saída da Maria.

Nestes casos não é possível “retirar” a *Maria* da grade temática destes verbos reproduzindo o que acontece em (6). Em (1), realmente estamos às voltas com um clítico anafórico, mas não em (5) onde o sujeito é derivado no sentido de B&R. Em (5) o sujeito não pode vincular o clítico anafórico porque ele não é argumento externo do verbo.

Entretanto, verbos que têm o experienciador como objeto podem ser construídos com o clítico anafórico, como mostra (8). Aqui o experienciador aparece como sujeito:

- (8) a. Maria se acalmou com uma bebida.
b. Maria se animou com uma bebida.

Veja que o fato de estes verbos aceitarem o clítico anafórico está relacionado com a presença do traço **agentivo** no sujeito, o que fica claro se parafraseamos (8a) como *Maria tomou uma bebida para se acalmar*. A partir disso, podemos admitir que tais verbos podem ter duas estruturas diversas: quando há o envolvimento do traço agentivo a estrutura é transitiva, dada a proeminência deste papel temático, e o clítico anafórico pode ser usado; já quando o traço agentivo não está envolvido, podemos considerar que a estrutura é inacusativa com sujeito derivado, o que impede o uso do clítico anafórico⁷.

1.2. pro arbitrário

Para a aplicação do teste do *pro arb*, B&R admitem que só é possível a interpretação arbitrária de *pro* com sujeitos não-derivados, pois ela é atribuída ao

⁷ Podemos observar isro em verbos como *preocupar* (i) que não têm como contraparte um verbo com o traço agentivo, eles são apenas psicológicos:

argumento externo que é gerado como irmão da flexão na DS. Assim, *pro arb* é possível nas estruturas transitivas como (9), mas impossível nas estruturas inacusativas, pois nestas a flexão não está adjacente a *pro*, como em (10):

- (9) a. Aqui *pro* odeiam políticos.
 b. Por aqui *pro* amam a arte sacra.
 c. Neste país *pro* detestam a demagogia.
- (10) a. *Neste país *pro* preocupam o presidente.
 b. *Nesta casa *pro* descontentam a irmã.

Nas sentenças (9) onde temos verbos com um experienciador na posição de sujeito, nos termos de B&R, *pro arb* é possível porque ele é regido pela flexão. Em (10), por outro lado, os verbos que apresentam o experienciador na posição de objeto, não toleram um *pro arb*, pois este seria um sujeito derivado.

Entretanto, em (11a) e (11b) os verbos têm o experienciador na posição de objeto e o *pro arb* é tolerado.

- (11) a. Nesta região *pro* assustam as pessoas por brincadeira.
 b. Nesta casa sempre *pro* aborrecem a mãe.

Mas isto é possível só se *assustar* e *aborrecer* atribuem papel temático de agente ao seu sujeito. Veja que neste caso, como já admitimos na seção anterior, a presença do traço agentivo no sujeito faz com que concebamos a estrutura do verbo como transitiva e então o sujeito não é derivado. Isto se torna ainda mais claro quando observamos uma sentença com o verbo *preocupar* (12):

- (12) *Nessa casa sempre *pro* preocupam os pais.

Aqui não temos *pro arb* porque o verbo não pode ter o traço [+agentivo] e o sujeito não é argumento externo do verbo.

(i) *A Maria se preocupa.

1.3. Construções causativas

Este teste é utilizado por B&R para mostrar que com verbos com sujeito tema não é possível aplicar a regra causativa que extrai o VP de dentro da sentença encaixada no italiano. A regra se aplica a representações como (12) e (13) produzindo (14) e (15):

- (12) Gianni ha fatto [Mario telefonare].
João fez Mário telefonar
- (13) Gianni ha fatto [Mario_i essere licenziato e_i]
João fez Mário ser licenciado
- (14) Gianni ha fatto [_{VP} telefonare] [Mario VP]
João fez telefonar Mário
- (15) *Gianni ha fatto [_{VP} essere licenziato e_i] [Mario_i VP]
João fez ser licenciado Mário

Veja que em (15) *Mario* teria sido alçado da posição de objeto de *licenziato* para fora do VP, deixando um vestígio em seu lugar. Quando o VP é extraído, o vestígio de *Mário* não vai estar ligado ao seu antecedente na estrutura S. Além disso, a ligação não pode ser restaurada através da reconstrução do VP movido. Já em (14), onde o DP *Mario* é o argumento externo, é possível extrair o VP pois nenhum vestígio fica sem ser vinculado.

No italiano, ao se aplicar a regra causativa em sentenças contendo verbos psicológicos como (16a), onde o experienciador está na posição de sujeito, e (16b), onde o tema está na posição de sujeito, B&R observam comportamentos diferenciados:

- (16) a. Questo ha fatto sì che Mario lo temesse ancora di più.
Isto fez com que Mario o temesse cada vez mais
- b. Questo ha fatto sì che Mario lo preoccupasse ancora di più.
Isto fez com que Mario o preoccupasse cada vez mais
- (17) a. Questo lo_i ha fatto [_{VP} temere e_i] ancora di più [a Mario VP].
Isto fez Mario temê-lo cada vez mais

b. *Questo lo_i ha fatto [_{VP} preoccupare e_j e_i] ancora di più [a Mario;
VP].

Isto fez Mário preocupá-lo cada vez mais

A representação em (17a) se correlaciona a (14) para efeitos de extração, o que mostra ser o sujeito argumento externo, ao passo que a representação (17b) apresenta comportamento idêntico à (15), mostrando que o sujeito não é argumento externo. No caso desta última, o vestígio *e_j* não satisfaz as condições de ligação.

No PB este tipo de construção com sentenças causativas não parece estar disponível e assim este teste não se aplica. Observemos as sentenças de (18) a (20):

- (18) a. Isto fez com que Mário o temesse cada vez mais.
b. Isto fez Mário temê-lo cada vez mais.
- (19) a. Isto fez com que Mário o comovesse cada vez mais.
b. Isto fez Mário comovê-lo cada vez mais.
- (20) a. Isto fez a situação de Mário comover a Maria ainda mais.
b. Isto fez a situação de Mário comovê-la ainda mais.

Todas as sentenças em (18), (19) e (20) são gramaticais.

1.4. Passivização

O teste da passivização serve para mostrar que o verbo da sentença é um transitivo verdadeiro, o que implica que um de seus argumentos é o externo: a passiva é uma transformação inacusativa aplicável a uma estrutura transitiva. Se, entre os verbos psicológicos com um DP marcado por acusativo, existem alguns que não podem ser passivizados, deduzimos que estes não são transitivos, mas inacusativos. A rigor, não se pode aplicar uma transformação inacusativa a uma estrutura que já é inacusativa.

O auxiliar das sentenças passivas chamadas verbais é *ser*. Verbos que não admitem passiva verbal podem figurar numa construção chamada passiva adjetival que se constrói com *estar/ficar*. Estes têm comportamento típico de cópula e o constituinte que tem forma de participio tem claramente valor de adjetivo.

As estruturas dos dois tipos de passiva podem ser consideradas semelhantes. A passiva adjetival pode ser representada como (21a) e uma verbal como (21b):

- (21) a. $Maria_i$ está [_{XP} assustada t_i]⁸
 b. $Maria_i$ foi [_{XP} temida t_i] (pelos súditos)

Em (21a) presumimos que o DP *Maria* é o argumento interno do adjetivo *assustada* e vai ser alçado para Spec de IP. Em (21b) o DP *Maria* também vai ser alçado da posição de argumento interno de *temida*.

Submetemos as duas classes de verbos psicológicos ao teste e constatamos que reagem diversamente. Este pode ser mais um indício favorável à hipótese inacusativa.

1.4.1. Os verbos com o experienciador na posição de sujeito

A maioria dos verbos com o experienciador na posição de sujeito aceitam a passivização verbal, como mostra (22a):

- (22) a. O João é odiado (pelo Pedro).
 b. *O João está odiado (com Pedro).
 c. *O João fica odiado (com o Pedro).

Assim, (22a) mostra que *odiar* é um verbo transitivo verdadeiro que pode figurar numa estrutura passiva verbal. Além disso, este verbo não aceita figurar numa passiva adjetival, como mostram (22b) e (22c).

No levantamento que fizemos em um dicionário, os verbos que apresentam o experienciador na posição de sujeito e um tema na posição de objeto, são em número de 82. Com exceção de 13, todos aceitam a passivização, comportando-se como o

⁸ Nossa representação difere da tradicional, cuja representação é como (i):

- (i) $Maria_i$ está [t_i assustada]

Aqui o argumento é sujeito do adjetivo (Levin (1995). Mas, se há verbos que possuem apenas argumento interno, podemos propor o mesmo para os adjetivos. Isto está de acordo com Cinque (1988) "Passivas Adjetivas: Sujeito Argumento Interno e Externo" e também Rapaport (1988).

verbo *odiar*. Os 13 verbos com o experienciador na posição de sujeito que não aceitam a passivização não atribuem acusativo. Assim, o tema vai receber caso de uma preposição (funcional) para satisfazer o Filtro do Caso, sendo previsto que não podem ser passivizados. São verbos como os que estão em (23):

- (23) a. Ela se arrependeu dos erros cometidos.
 b. Ela simpatiza com o João.
 c. O João gosta da Maria

1.4.2. Os verbos com sujeito tema

Os verbos que apresentam o tema na posição de sujeito, como *preocupar*, não aceitam a passivização. Eles aceitam tanto construções com o verbo *ser* (24a) quanto com os verbos *estar* (24b) e *ficar* (24c). Mas o verbo *ser* tanto quanto os verbos *estar* e *ficar* é usado como cópula, neste caso.

- (24) a. O João_i está [XP preocupado t_i (com a mãe)].
 b. O João_i é [XP preocupado t_i (com a mãe)].
 c. O João_i fica [XP preocupado t_i (com a mãe)].

Em (24) as sentenças podem apresentar apenas um argumento, o *experienciador*, que é alçado para a posição de especificador de IP, onde recebe caso da flexão. Ou podem apresentar os dois argumentos e, então, o tema tem de receber caso de uma preposição para satisfazer o Filtro do Caso. O fato de a morfologia do particípio regular de um verbo e dos sufixos adjetivais *-ado(a)/-ido(a)* serem homófonos não deve trazer dificuldades para a análise.

Para saber se estamos diante do particípio de um verbo ou de um adjetivo, B&R propõem que se verifique se eles aceitam *-íssimo*, que é um sufixo de natureza adjetival. No PB, este teste não é muito claro, a nosso ver. Mesmo assim, todos os particípios derivados de verbos psicológicos parecem aceitá-lo. Nas sentenças (25) temos verbos com o experienciador na posição de sujeito e em (26) verbos que normalmente apresentam um tema na posição de sujeito:

*Maria está considerada apta.

- (25) a. O João é odiadíssimo.
b. O João é adoradíssimo.
- (26) a. O João é preocupadíssimo.
b. O João é interessadíssimo.

Tanto as sentenças (25), quanto as sentenças (26), são aceitáveis. Para ter mais clareza acrescentamos o DP *a Maria* juntamente com a morfologia de passiva aos verbos em (25) e obtivemos as sentenças agramaticais em (27):

- (27) a. *O João é odiadíssimo pela Maria.
b. *O João é adoradíssimo pela Maria.

Isto mostra que o sufixo *-íssimo* de fato é inconsistente com a construção passiva. Portanto, neste caso estamos diante do particípio do verbo.

No PB é mais corrente o uso do superlativo analítico com *muito* em lugar do sintético com *-íssimo*. Entretanto, como *muito* modifica tanto verbos como adjetivos, o teste não fornece resultados transparentes existindo a indeterminação que aparece em (28) e (29):

- (28) a. O João é muito odiado.
b. O João é muito odiado pelos colegas
- (29) a. O João é muito preocupado.
b. *O João é muito preocupado pelos colegas.

Outra vez, o acréscimo de *pelos colegas* torna a sentença (29b) com o tema na posição de sujeito agramatical.

Num levantamento que fizemos em alguns dicionários encontramos 255 verbos psicológicos que apresentam o *tema* na posição de sujeito. Destes, 129 formam tanto passivas (30a) quanto construções com adjetivos (30b):

- (30) a. A Maria foi assustada pelo João.

b. A Maria está assustada com o João.

A aceitação tanto de passiva verbal (30a) quanto de construção com o adjetivo (30b) por verbos como *assustar* pode ser explicada novamente pelo fato de este verbo ser um daqueles que possui contraparte agentiva. Assim, é a sua contraparte agentiva que permite a passivização. Por outro lado, se o verbo tem apenas o sentido psicológico, ele permite apenas a passiva adjetival.

São 123 os verbos aceitam apenas construções com adjetivos (31):

- (31) a. O João está desagradoado.
 b. O João ficou desnortadoado.
- (32) a. *O João foi desagradoado pela Maria.
 b. *O João foi desnortadoado pela Maria.

Por algum motivo, estes verbos não assimilam o traço de agentividade em sua grade temática, o que explica a agramaticalidade das sentenças de (32).

Há um número considerável de verbos que perdem a capacidade de formar passivas ao lhes acrescentarmos o prefixo negativo *des-*. Isto ocorre porque o acréscimo deste prefixo implica na exclusão da *agentividade*, ou melhor, os verbos aos quais acrescentamos o prefixo formam novos verbos que são apenas psicológicos, deixando de ter contrapartes agentivas. Dos verbos citados acima, 26 são derivados de outros verbos psicológicos. Vejamos alguns exemplos em (33) e (34):

- (33) a. O João foi animado pela Maria.
 b. *O João foi desanimado pela Maria.
- (34) a. O João foi iludido pela Maria.
 b. *O João foi desiludido pela Maria.

Além do prefixo verbal negativo *des-*, há outros como *in-* e *en-* que atuam de forma semelhante quando formam verbos psicológicos. O prefixo *in-* é daqueles que selecionam uma base adjetival para formar adjetivos dos quais os verbos são derivados, como temos em (35). O prefixo *en-* seleciona uma base nominal para

formar verbos, como em (36). Os verbos psicológicos que contém estes prefixos são em número de 24 em nosso levantamento e todos eles são incapazes de incorporar o traço de agentividade e de formar sentenças passivas.

- (35) a. *O João foi indignado pela Maria. (digno)
 b. *O João foi inquietado pela Maria. (quieto)
- (36) a. *O João foi enjoado pela Maria. (nojo)
 b. *O João foi enfastiado pela Maria. (fastio)

A maioria dos verbos formados por este processo têm um tema como sujeito. Os que têm o experienciador como sujeito são verbos que figuram em construções pronominais que se caracterizam por ser inacusativas. O que se admite neste caso é que o sujeito é derivado por movimento do experienciador de sua posição de complemento. Veja os exemplos em (37):

- (37) a. O João engraçou-se pela Maria.
 b. O João enterneceu-se pela criança.

Em resumo, os testes para verificar se o sujeito tema dos verbos psicológicos é argumento externo revelaram que estes verbos apresentam algumas propriedades em comum no PB:

- I - O *se* nunca é reflexivo.
 II- Não permitem a interpretação arbitrária de *pro*.
 III- Não aceitam a passivização.

O fato de os verbos com o tema na posição de sujeito apresentarem tais propriedades corrobora a hipótese inacusativa, uma vez que a rigor os verbos transitivos não compartilham as mesmas propriedades. Se os verbos podem ocorrer apresentando uma das propriedades discutidas, presumimos que isto se deve à capacidade de estes verbos incorporarem o traço agentivo, caso em que sua estrutura argumental se torna transitiva.

1.4.3 Os verbos com um argumento

Há verbos com apenas um argumento entre os psicológicos: *languir*, *padeecer*, *rabiar* e *sofrer*, como podemos ver em (38):

- (38) a. O João padece.
b. O João sofre.

É impossível aplicar todos os testes para verificar se o sujeito é derivado ou não aos verbos em (38), uma vez que se tratam de verbos com apenas um argumento. Entretanto o teste do *pro* arbitrário, o qual não envolve dois argumentos, pode ser aplicado:

- (39) a. Aqui *pro* padecem muito de câncer.
b. Aqui se padece de câncer.
(40) a. Neste lugar *pro* sofrem em demasia com a guerra.
b. Neste lugar se sofre com a guerra.

Em (39a) e (40a) a interpretação do sujeito como um *pro* arbitrário é licenciada, pois, sendo argumento externo, está adjacente à I na estrutura D.

Assim, podemos ver que, paralelamente aos verbos com dois argumentos que apresentam o experienciador na posição de sujeito, também os verbos com apenas um argumento podem apresentar um argumento externo experienciador.

2. Semântica e Sintaxe

É muitas vezes debatido que relações semânticas diferentes têm como consequência estruturas sintáticas diferentes (ver UTAH de Baker (1985)). Baseado neste pressuposto, Kim & Larson (1989) contribuem para mostrar que os verbos psicológicos com o tema na posição de sujeito são inacusativos. Seu estudo se baseia em May (1985) que chamou a atenção para sentenças interrogativas com um dos argumentos quantificado universalmente, sendo o outro um operador WH. Sentenças com o quantificador na posição de sujeito e o vestígio WH na posição de objeto são

ambíguas, enquanto sentenças com o quantificador na posição de objeto e a expressão WH como sujeito têm apenas uma interpretação. Transcrevemos um dos seus exemplos em (41):

(41) a. Who did everyone talk to?

Para quem todos falaram

b. Who talked to everyone?

Quem falou a todos

(41a) tem duas interpretações: a de *single-question* “qual é a pessoa x para quem todos falaram” ou a de *family-of-question* “para cada pessoa x⁹, qual é a pessoa y a quem cada pessoa x falou?”. (41b), por sua vez, tem apenas uma interpretação “qual é a pessoa x que falou para todas as pessoas”.

Kim & Larson (1989) aplicaram este mesmo teste aos verbos psicológicos. Repetimos um dos seus exemplos em (42):

(42) a. What worries everyone?

O que preocupa a todos

b. Who does everything worry?

A quem tudo preocupa

(42a) pode ter duas interpretações: “qual é a coisa x que preocupa a todos” ou “para cada pessoa x, qual é a coisa y, tal que y preocupa x”. Já (42b) permite apenas uma interpretação: “qual é a pessoa x a quem tudo preocupa”. O que ocorre nas sentenças de (42) é justamente o contrário do que acontece em (41). São as sentenças com a quantificação sobre o objeto que permitem a interpretação *family-of-question*. Este fato sem dúvida reforça a hipótese de que o argumento experienciador destes verbos encontra-se numa posição mais alta do que o tema na estrutura-D e que o tema é um sujeito derivado.

Aplicamos o teste aos verbos psicológicos no PB a fim de verificar se há oposição entre os verbos com o tema na posição de sujeito (43) e os verbos com o experienciador na posição de sujeito (44):

⁹ Traduzimos livremente *everyone* por *cada pessoa x* quando é necessário tornar mais clara a percepção do sentido distributivo deste quantificador.

- (43) a. O que preocupa todos?
 b. A quem tudo preocupa?
- (44) a. Quem odeia todos?
 b. Quem todos odeiam?

Em (43a) onde o WH se encontra na posição de sujeito, temos duas interpretações: “qual é a coisa x, tal que x preocupa a todos” ou “para cada pessoa x, qual é a coisa y, tal que y preocupa x”. Em (43b), entretanto, a interpretação é uma só: “qual é a pessoa x tal que tudo preocupa x”.

Já ao contrário em (44a), quando o WH está na posição de sujeito, temos somente uma interpretação: “qual a pessoa x, tal que x odeia todos”. Por outro lado, em (44b), onde o quantificador universal está na posição de sujeito, temos duas interpretações: “qual é a pessoa x, tal que todos odeiam x” ou “para cada pessoa x, qual a pessoa y, tal que x odeia y”. Este comportamento é típico de um verbo transitivo. Logo, a estrutura destes últimos não pode ser a mesma dos primeiros.

3. CONCLUSÃO

Vimos, através da aplicação dos testes propostos por B&R aos verbos psicológicos do PB, que pelo menos alguns funcionam: o teste do clítico, de *pro* arbitrário e da passiva verbal. Verificamos que os verbos com o tema na posição de sujeito reagem aos testes de forma diferenciada, se tomarmos os verbos com o experienciador na posição de sujeito como parâmetro. E, ainda que algumas vezes seja necessária uma configuração especial para mostrar isto, não podemos dizer que os testes não se mantêm para o PB. Assim, a hipótese inacusativa têm plenas condições de ser mantida para os verbos psicológicos que têm o tema na posição de sujeito.

Além destes testes, apresentamos o estudo realizado por Kim & Larson (1989) sobre o escopo com verbos psicológicos. Estes autores mostram que os verbos psicológicos que têm o tema como sujeito se comportam de modo diferente dos verbos transitivos: o experienciador quantificado universalmente tem escopo sobre a expressão *wh* sujeito, possibilitando a interpretação distributiva, quando se encontra

na posição de objeto, o que não é possível com verbos transitivos. Por outro lado, os verbos que têm o experienciador na posição de sujeito se comportam como os transitivos. Este é um argumento importante para sustentar a hipótese inacusativa.

Diante destas evidências, vamos assumir, contrariando Cançado (1997), que há duas estruturas em jogo para os verbos psicológicos com dois argumentos: a transitiva para os verbos com o experienciador na posição de sujeito e a inacusativa para os verbos com o tema na posição de sujeito.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DOS VERBOS DO PB

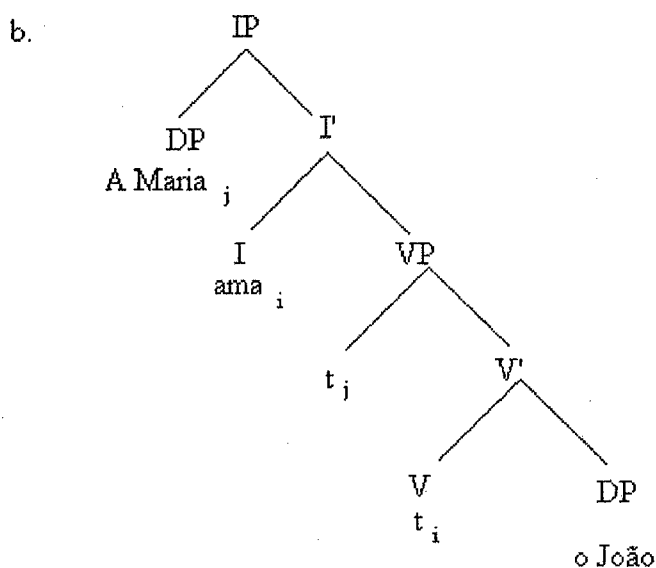
No capítulo anterior aplicamos os testes propostos por B&R aos verbos psicológicos do PB e afirmamos que faz sentido manter a proposta inacusativa para os verbos com o tema na posição de sujeito. A seguir analisaremos estes verbos à luz da Teoria da Regência e da Ligação. Mostraremos ainda algumas peculiaridades sintáticas próprias dos verbos psicológicos em relação ao uso da preposição, especialmente verbos do tipo *agradar* e procuramos dar uma explicação para o desaparecimento da preposição *a* neste contexto. Além disso, refletimos brevemente sobre a própria classe das preposições que não tem um comportamento uniforme.

1. OS VERBOS E SUAS REPRESENTAÇÕES

1.1. Verbos com dois argumentos DPs sendo o sujeito um experienciador

Os verbos com dois DPs e que apresentam o experienciador na posição de sujeito são considerados transitivos comuns. Podemos observar a sentença em (1a) e sua representação em (1b):

- (1) a. A Maria ama o João.

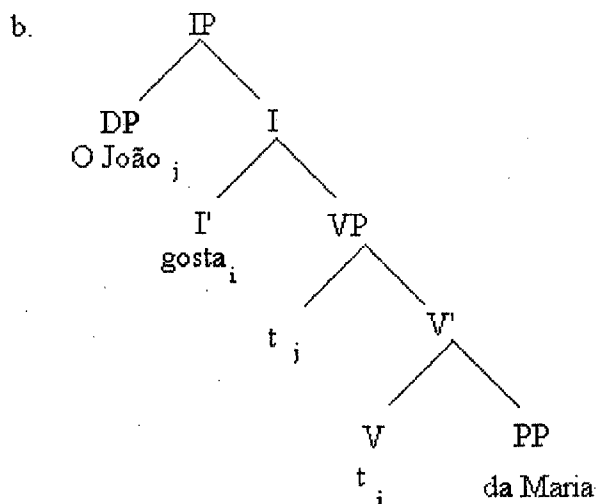


(1b) mostra que estes verbos apresentam um comportamento normal, sendo o experienciador, o argumento externo do V, a ocupar a posição de especificador de IP. Nesta situação, *a Maria* vai ser marcada por caso nominativo e *o João* recebe o caso acusativo do verbo.

1.2. Verbos com dois argumentos, um DP e um PP, sendo o sujeito o experienciador

Os verbos com um DP experienciador na posição de sujeito e um PP na posição de objeto têm uma estrutura semelhante a (1b). Se observarmos a estrutura da sentença (2a), em (2b), veremos que ela segue o padrão:

(2) a. O João gosta da Maria.



A estrutura em (2b) mostra que o DP experienciador nasce na posição externa a V' e sobe para a posição de especificador de IP em busca de caso, ao passo que o tema permanece interno a V. Por alguma razão, o verbo *gostar* não é capaz de atribuir caso acusativo. Então, insere-se a preposição *de* para atribuir caso oblíquo ao tema. Notemos que a preposição *de* não é opcional, ela não pode ser retirada da sentença.

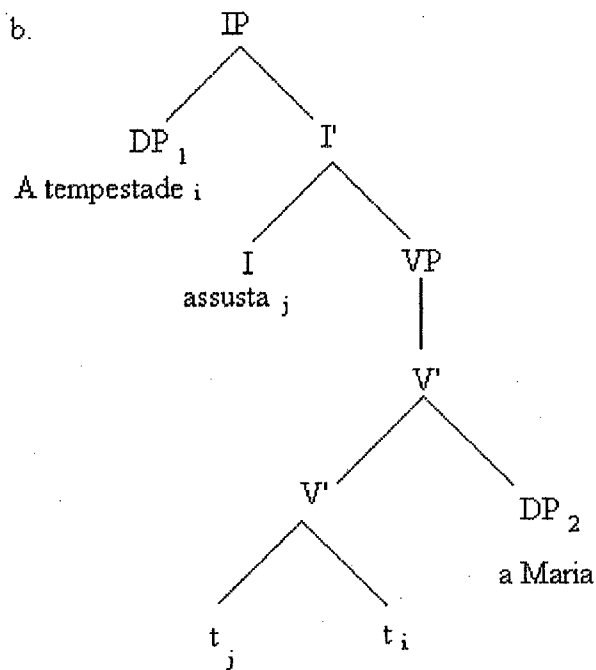
1.3. Verbos com dois argumentos DPs sendo o sujeito um tema

Os verbos com dois DPs mas com um tema na posição de sujeito é que parecem fugir ao padrão dos transitivos. O que se espera de um verbo transitivo é que o tema/paciente seja marcado por acusativo enquanto o experienciador/agente receba nominativo. Quando ocorre de o paciente/tema não ser marcado por acusativo, em geral postula-se que, como nas construções inacusativas/passivas (ver Roberts (1987) e Miotto *et alii* (1999)), o tema/paciente é gerado como argumento interno. No fim da derivação este argumento vai subir para Spec de IP para receber nominativo. Uma abordagem como esta está de acordo com a Hipótese da atribuição temática uniforme (UTAH) de Baker (1985), que afirma que um papel temático determinado é atribuído sempre na mesma configuração. Assim, o tema dos verbos psicológicos deve ser gerado na posição de argumento interno.

Derivar os verbos psicológicos com o sujeito tema como transitivos comuns, de acordo com o que propõe Cançado (1997), significa anular os efeitos da UTAH. Esta forma de derivação tem como vantagem o fato de os casos para cada um dos argumentos estarem diretamente disponíveis na estrutura. Querer manter a idéia de que o tema é gerado como argumento interno traz complicações como as enfrentadas por B&R (1988). Uma complicação diz respeito ao fato de o experienciador, mas não o tema, ser marcado por acusativo. Outra diz respeito a justificar uma derivação em que é o tema que alcança o Spec de IP. Para contornar esse tipo de problema é que B&R propõem que estes verbos são inacusativos com dois argumentos internos, o que não é em princípio um tipo usual de verbo inacusativo.

Vejamus a representação da sentença (3a) em (3b):

- (3) a. A tempestade assusta Maria.

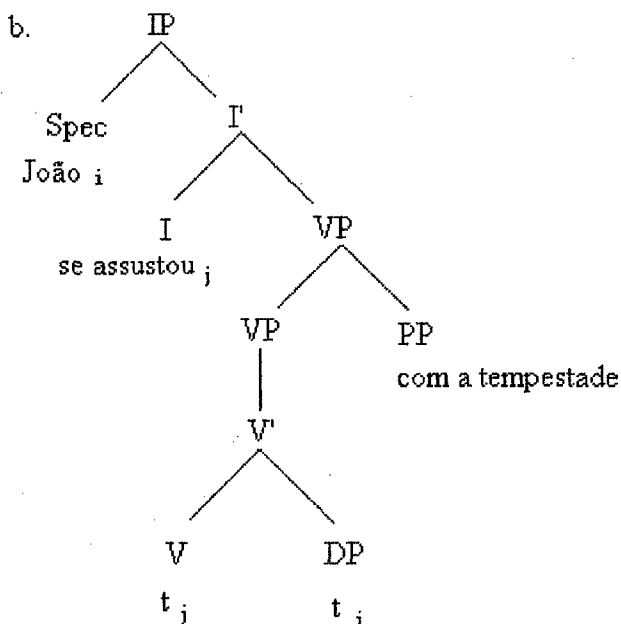


O tema, mesmo sendo o último candidato possível à posição de especificador de IP, vai para esta posição. Isto é perfeitamente possível dentro da proposta inacusativa para estes verbos. Note que em (3b) o argumento experienciador está numa posição superior ao tema na estrutura-D, o que preserva de certa forma a proeminência do experienciador. Como o verbo é inacusativo, isto é, não atribui caso acusativo estrutural, o tema *a tempestade* sobe para receber caso nominativo de I. Por sua vez, o experienciador *a Maria* permanece na posição de objeto onde B&R afirmam que ele recebe caso acusativo inerente. O apelo a um caso acusativo inerente atribuído por estes verbos ao experienciador é considerado o ponto fraco da proposta de B&R (ver Cançado & Franchi (1998)).

1.4. Verbos com um DP experienciador como sujeito e o clítico *se*

Analisemos o papel do clítico numa sentença como a que temos em (4a) e sua representação em (4b). Este *se* não é um reflexivo do tipo daqueles que recebem papel temático do verbo.

(4) a. João se assustou (com Maria).



A sentença *João se assustou* sem o PP em (4a) não pode ser parafraseada como *João assustou a si mesmo*. Este *se* atemático, ao cliticizar-se ao verbo, absorve o caso inerente e cancela um papel temático. Então o experienciador, como único argumento, vai para a posição de especificador de IP. Já o tema, *a Maria*, ocupa uma posição de adjunto e precisa da preposição *com* para lhe atribuir caso.

O *se* é gerado adjacente ao verbo na estrutura S de acordo com Belletti (1982) e Cinque (1988) apud Dobrovie-Sorin (1998) e deste modo ele não tem um vestígio genuíno. Na estrutura derivacional os elementos movidos deixam traços, mas neste caso nenhum movimento foi aplicado. O *se* ocupa uma posição A-barra, ele não tem acesso a uma posição A, por isso não pode transmitir o papel temático.

O argumento tema, por sua vez, passa por um processo semelhante ao que acontece na passiva com o argumento externo. Ele perde sua condição de primeiro candidato à posição Spec de IP e é gerado como um adjunto. Desta forma, fica o caminho livre para a subida do experienciador para a posição de sujeito¹⁰.

¹⁰ (i) é perfeita para muitos falantes do PB e tem interpretação idêntica a (4a):

(i) O João assustou com a Maria.

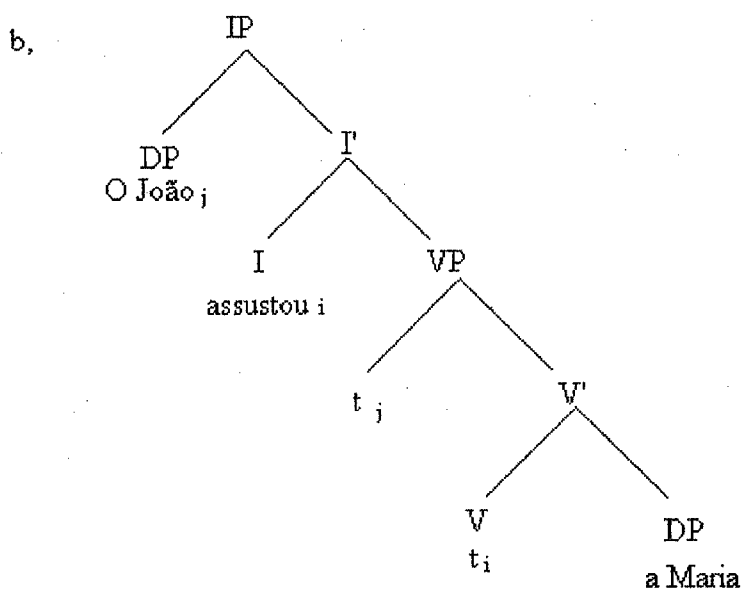
Mas (ii) não pode jamais ser a cotrapartida de (iii):

(ii) O João ama.

1.5. Verbos com dois argumentos DPs tendo o sujeito propriedades de agente

Há um outro verbo *assustar* que possui como um dos argumentos um agente. Este não é psicológico, como já afirmamos nos capítulos prévios. A sentença (5a) terá uma representação como (5b), diferente daquela em (3b):

(5) a. O João assustou a Maria.



(5b) mostra que, quando há um agente presente na sentença, a estrutura é transitiva. O agente, por ser o papel temático mais proeminente, é selecionado pelo verbo para a posição de argumento externo. Assim, é ele que vai para a posição de especificador de IP receber caso nominativo de I. O outro argumento, que pode ser um tema ou um experienciador, permanece na posição de complemento e recebe caso acusativo do V. Este verbo tem um comportamento totalmente previsível: trata-se de um transitivo que, por isso, permite a formação de sentenças passivas como (6):

(6) A Maria foi assustada pelo João.

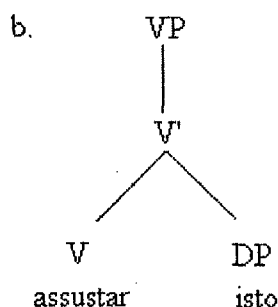
(iii) O João se ama.

Veja que este tipo de construção não é possível com a contraparte psicológica do verbo *assustar* (3a, b), pois esta já é uma estrutura inacusativa. Isto é, (6) não pode ser interpretada como a passiva de um verbo psicológico genuíno.

1.6. Verbos com um argumento DP tema

Outro tipo de estrutura contendo verbo psicológico como *assustar* é a que aparece em (7a), com apenas um DP, sendo este o tema. A representação do VP desta sentença está em (7b):

(7) a. Isto assusta.



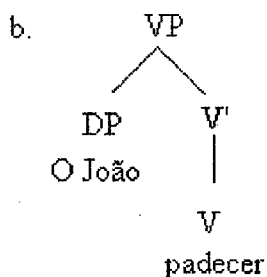
(7b) é uma estrutura inacusativa, semelhante a (3b) por não apresentar argumento externo, mas diferente por apresentar um único argumento. A derivação de (7a) acontece sem problemas podendo o tema subir livremente para a posição de especificador de IP. O comportamento deste verbo, então, não foge ao padrão traçado para os verbos inacusativos.

1.7. Verbos com um argumento DP experienciador

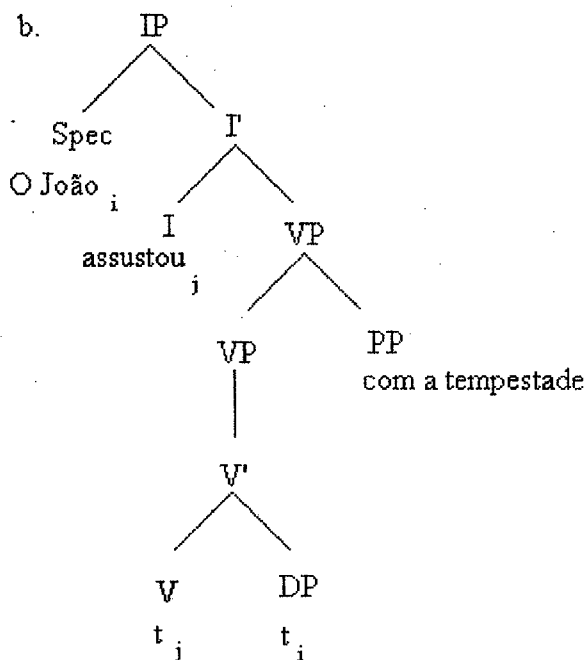
Temos ainda verbos com apenas um argumento experienciador na posição de sujeito. Mas estes não constituem uma classe uniforme. Há sentenças como a que

está em (8a) cuja representação está em (8b) e sentenças como (9a) cuja representação está em (9b):

(8) a. João padece.



(9) a. O João assustou (com a tempestade).



Em (8b) temos um verbo intransitivo, cujo único argumento é externo a V'. Este argumento sobe para a posição de especificador de IP para receber caso nominativo.

(9b) mostra uma estrutura diferente de (8b). (9b) é semelhante à estrutura (4b), porém sem o clítico *se*. Este fenômeno é bastante comum no PB onde, de uma maneira geral, os clíticos estão desaparecendo. Comparando este tipo de construção

com a que temos em (8a), vemos que o clítico pode aparecer com o verbo *assustar* (10a) mas não com *padecer* (10b):

- (10) a. O João se assustou..
 b. *O João se padece.

1.8. Resumindo

Nesta seção, apresentamos as representações sintáticas de sentenças envolvendo verbos psicológicos e sua análise. Observamos que alguns verbos selecionam o experienciador como argumento externo e têm uma estrutura transitiva (1a,b) e (2a,b) ou, então, intransitiva (8a,b). Outros não selecionam argumento externo podendo apresentar dois argumentos internos (3), (4) ou apenas um (7) e (9). Estes se estruturam como inacusativos e, quando apresentam dois argumentos, vão ter o experienciador marcado por caso (acusativo) inerente. Pode ser também que os verbos psicológicos inacusativos tenham o tema gerado como adjunto e, neste caso, o experienciador acaba como sujeito e o verbo pode estar acompanhado de um clítico atemático. Ainda, os verbos psicológicos inacusativos podem apresentar só o argumento tema que acaba como o sujeito da sentença. Mostramos, por fim, que há casos de homonímia envolvendo os verbos psicológicos, situação em que eles selecionam um agente para a posição de argumento externo (6). Estes possuem uma estrutura transitiva normal.

2. ALGUMAS PROPRIEDADES DOS VERBOS PSICOLÓGICOS

A análise desenvolvida procurou sustentar que os verbos com o tema na posição de sujeito são inacusativos. Isto possibilita, por um lado, gerar o argumento que tem este papel temático sempre como argumento interno e, por outro, que este argumento acabe sendo o sujeito da sentença. O experienciador também é gerado como argumento interno a V', mas em posição de c-comandar o tema. O caso que ele recebe é inerente, uma estipulação requerida se se quer manter a hipótese

inacusativa. O que não fica muito claro é que tipo de caso é este. Ainda mais quando temos verbos no PB para os quais o complemento experienciador apresenta uma oscilação entre usar ou não da preposição *a*. São os verbos como *agradar*, da classe 3 do estudo de B&R. O que vamos considerar agora é o fenômeno do desaparecimento da preposição *a*.

2.1. O Experienciador e a Preposição *a*

Os verbos transitivos não permitem com naturalidade que seu objeto direto, quando dotado do traço semântico [+humano], se construa com a preposição *a*:

- (11) a. ??A Maria abraçou ao João.
b. *A Maria abraçou ao cão.

Os verbos psicológicos são diferentes dos transitivos neste particular porque, de um modo geral, parecem admitir naturalmente construções com a preposição *a* se o objeto é [+humano]. Considere as sentenças em (12) e (13):

- (12) a. A Maria ama ao João.
b. *A Maria ama ao cão.
(13) a. O homem teme a Deus.
b. *O homem teme ao cão.

Comparando (12a) e (13a) com (11a) temos que as primeiras, mas não a última, são aceitáveis; já as sentenças (b) são agramaticais.

Tendo estes fatos em mente, observemos o que ocorre com os verbos psicológicos que têm o experienciador como objeto. Os dicionários de regência, como o de Fernandes (1999), enquadram estes verbos em duas classes: a dos que

podem ter a preposição *a* no objeto ou não, classe a que pertence *agradar*, e a dos não têm preposição, classe a que pertence *preocupar*. O autor faz uma observação interessante sobre o verbo *agradar*: " A construção com o objeto direto é hoje desusada." Veja que é o contrário o que se observa no PB. As construções com a preposição *a* é que estão deixando de ser usadas. O fato de isto acontecer sistematicamente com estes verbos pode ser entendido quando se leva em conta que o seu experienciador objeto é [+humano].

2.2. Agradar

Os verbos como *agradar*, no PB, mostram de maneira mais nítida a opcionalidade no uso da preposição *a*, como vemos em (14):

- (14) a. Este carro agrada o João.
b. Este carro agrada ao João.

A situação em (14) está em desacordo com o que preconiza Fernandes (1999) e, se a preposição era praticamente obrigatória em épocas anteriores, devemos concluir que houve uma mudança que unificou os verbos psicológicos com o experienciador objeto enquadrando-os numa única classe. Por sua vez, nada teria acontecido no italiano, língua em que a preposição *a* é obrigatória. B&R atribuem sua presença à liberdade que o experienciador destes verbos têm de ocupar, ora a posição de sujeito, ora a posição de objeto, como em (15):

- (15) a. A Gianni è sempre piaciuta la musica.
b. La musica è sempre piaciuta a Gianni.

Mas no PB não acontece o mesmo. Podemos observar isto nas sentenças (14a, b), em que o experienciador está na posição pós-verbal e (16a, b) em que o argumento experienciador está na posição pré-verbal:

- (16) a. Ao João agrada este carro.
b. Ao João este carro agrada.

Em (16a) e (16b) temos o DP, *o João*, deslocado à esquerda, então a preposição *a* é usada. Por outro lado, esta preposição, como vimos em (14a), não é necessária quando o DP está na posição pós-verbal.

2.2.1. Posição Deslocada à Esquerda ou Posição de Sujeito

O experienciador de verbos como *piacere* (agradar), quando sobe, vai para a posição de sujeito da sentença, de acordo com B&R. A evidência é que a ordem experienciador + V + tema parece mais natural do que a ordem que envolve topicalização de um complemento verbal dativo. Transcrevemos os seus exemplos em (17) e (18):

- (17) a. Tutti sono preoccupati perché ho raccontato questa storia a Gianni.
Todos estão preocupados porque eu contei esta história ao João
- b. ?? Tutti sono preoccupati perché a Gianni ho raccontato questa storia.
Todos estão preocupados porque ao João eu contei esta história
- (18) Tutti sono preoccupati perché a Gianni piace la linguistica.
Todos estão preocupados porque ao João agrada a linguística.

Outra evidência é que a extração WH por cima de um dativo topicalizado (19a) é levemente estranha, enquanto a extração por cima de um experienciador pré-verbal produz uma sentença normal como (19b). Aqui o experienciador pré-verbal se comporta como o sujeito pré-verbal *Gianni* em (19c):

- (19) a. ?? I libri che a Gianni ho dato sono questi.
Os livros que a João eu dei são estes.
- b. I libri che a Gianni sono piaciuti sono questi.
Os livros que a João agradou são estes.
- c. I libri che Gianni mi ha dato sono questi.
/O livro que João me deu é este./

Em (19a) há uma barreira para a subjacência, que seria a categoria que contém o tópico *a Gianni*, produzindo um desvio moderado no exemplo. Em (19c) o NP está na posição de sujeito, conseqüentemente, nenhum nóculo de tópico está envolvido e a estrutura é completamente natural. O exemplo (19b) assemelha-se então a (19c).

Outro argumento apontando para a mesma conclusão é dado pelo contraste nos exemplos com o quantificador *nessuno* (ninguém) que não pode aparecer como tópico em construções de tópico deslocado à esquerda retomado por um clítico. Transcrevemos os seus exemplos em (20):

- (20) a. *A nessuno gli hanno detto di andare al diavolo.
A ninguém lhe disseram para ir pro inferno
 b. ?A nessuno gli piace esser mandato al diavolo.
A ninguém lhe(s) agrada ser mandado pro inferno

O fato de a restrição em (20b) ser leve indica que *nessuno* ocupa a posição de sujeito. As representações de (20a, b) seriam como as de (21a, b) respectivamente:

- (21) a. [_{TOPP} A nessuno_i] [_{NP} pro_i [_{VP} gli_i hanno detto ec_i [_S di PRO_i andare al diavolo]]]]
 b. [_{IP} [_{NP} A nessuno_i] [_{VP} gli_i piace...]]

No PB é difícil confirmar se o experienciador preposicionado está na posição de sujeito dos verbos como *agradar*. O principal problema é que o PB resiste à ordem verbo-sujeito de (16a) a não ser que o sujeito seja focalizado, como exemplifica (22):

- (22) a. Ao João agrada este carro (e não aquele)
 b. ??A ninguém agrada este carro.
 c. A ninguém este carro agrada.

Como *a ninguém* em (22b) não pode ser topicalizado (por ser um quantificador nu), ele disputa com *este carro* a condição de foco, o que não pode ocorrer em virtude da restrição de um foco por sentença (ver Rizzi, 1997). Veja que o problema não se põe em (22c) pois, sendo pré-verbal, *este carro* carrega informação velha. Assim, os argumentos de B&R não podem ser diretamente testados no PB e ficamos com a conclusão de que a posição não é de sujeito.

2.3. O Caso do Experienciador

O fato de alguns verbos apresentarem a preposição *a* como opcional não deixa muito claro que espécie de caso o experienciador recebe: poderia ser acusativo ou dativo. Mesmo verbos como *preocupar*, cujo equivalente em italiano é classificado por B&R como verbo que atribui caso acusativo inerente, exibem um comportamento idêntico ao do verbo *agradar*. Assim, faz sentido dizer que todos os verbos com um tema na posição de sujeito têm um comportamento uniforme no PB, não havendo a divisão em duas classes como B&R afirmam para o italiano. Como o uso da preposição quando o objeto está em sua posição canônica é menos corrente, observamos que há um movimento em direção do desaparecimento da preposição. Esta mudança se estende inclusive aos verbos como *agradar* que eram considerados transitivos indiretos.

Em sua análise dos verbos no italiano B&R afirmam que o argumento experienciador de verbos como *preoccupare* precisam manter-se na sua posição de complemento interno porque recebem caso acusativo inerente. Os argumentos de *piacere* são livres para mover-se no italiano, porque recebem caso dativo inerente, não acusativo. Isto se torna evidente pela obrigatoriedade do uso da preposição *a*.

No PB não acontece o mesmo; tanto o argumento interno de *preocupar*, quanto o de *agradar* podem sair de sua posição de origem e ir para a posição pré-verbal, o que geralmente se faz mediante a inserção da preposição *a*. Então, por que a preposição *a* precisa ser inserida quando este DP vai para a posição à esquerda do verbo? O que podemos fazer no momento é especular que isto acontece porque se

trata de um caso inerente e não estrutural. Isto porque as marcas casuais se diluem quando o DP aparece deslocado para a esquerda e elas precisam ser reforçadas.

Nas gramáticas tradicionais encontramos exemplos em que a preposição *a* é usada apenas para mostrar que um DP deslocado para a esquerda da sentença é o objeto. Vejamos a sentença em (23):

(23) Ao leão matou o caçador

Em sentenças como (23) a preposição *a* surge para mostrar que este DP não é o sujeito, mas sim um objeto. Para evitar a interpretação equivocada quanto aos papéis temáticos dos DPs favorecida pela inversão verbo-sujeito, insere-se a preposição mesmo quando se trata de caso acusativo estrutural. Com o caso acusativo inerente, entretanto, vamos admitir que a inserção da preposição é menos restrita com os verbos psicológicos.

2.4. A preposição *a*

Nesta seção vamos considerar com mais atenção a preposição *a*. Sabemos que as preposições são núcleos que sempre atribuem caso independentemente de serem lexicais ou funcionais. As lexicais se caracterizam por atribuírem papel temático ao complemento, capacidade que as funcionais não têm. Porém, se consideramos as preposições em termos da possibilidade de (des)aparecer, vemos que isso só pode acontecer com preposições funcionais (Miyoto & Kato (1999)). Considere (24):

- (24) a. O João gosta de Maria
 b. ??O João gosta de que Maria dance.
- (25) a. *O João gosta Maria
 b. O João gosta que Maria dance

O *de* é uma preposição funcional que está presente nas sentenças acima para atribuir caso ao objeto de *gostar*. Quando o objeto é um DP, a preposição não pode ser omitida, dada a necessidade de caso para o DP, como mostra (25a). Entretanto, quando o objeto é um CP, a sentença mais natural é (25b) que não tem preposição¹¹.

Então, o que faz com que a preposição *a* desapareça em certos contextos? Apresentamos alguns trabalhos que mostram quais as preposições que podem desaparecer e quais os contextos que propiciam o seu desaparecimento.

Ramos (1992) analisou sentenças de verbos com dois argumentos onde o objeto pode ser um DP ou um *a* DP. O *a* DP na posição de objeto é visto como uma realização morfológica de caso. Existe um processo semelhante em línguas onde o caso pode ser marcado por alguns clíticos ou por desinências.

Esta proposta está de acordo com Chomsky (1982) que considera a preposição *to* uma realização de Caso, podendo ser considerada como marca flexional, assim como as de número, pessoa ou gênero.

Ramos mostrou que o deslocamento do DP argumento interno para a esquerda favorece a presença da preposição *a*. Isto mostra que *a* não atribui caso e que apenas marca o caso acusativo atribuído pelo V.

Sua análise sugere que a marcação preposicional dos DPs acusativos é um fenômeno de mudança linguística, favorecido pelos seguintes fatores: não adjacência entre o verbo e o objeto, ordem **OV**, ordem **VS** e traço de animacidade. Em vez de animacidade, afirmamos que o traço semântico relevante para a presença da preposição é [+ humano], como já mostramos em (12a, b) e (13a, b) e repetimos abaixo:

- (12) a. A Maria ama ao João.
 b. *A Maria ama ao cão.
- (13) a. O homem teme a Deus.
 b. *O homem teme ao cão.

Mesmo sem entrar na discussão a respeito do estatuto da preposição como realizadora ou marcadora de caso, os achados de Ramos (1992) contribuem para

¹¹ Note-se também o fenômeno altamente marcado de “dedeísmo”, ou seja, da inserção generalizada da preposição *de* antes de CPs:

(i) O meu medo é *de* que o partido seja derrotado

corroborar nossa idéia de que a preposição *a* aparece no objeto porque se trata de caso acusativo inerente e não estrutural.

Larson (1988), em seu estudo sobre as construções com objetos duplos no inglês, em verbos com três argumentos, como *give* (dar), procura mostrar que preposições que atribuem caso dativo podem sofrer "*dative shift*". O papel temático atribuído pela preposição seria redundante com o que é atribuído pelo verbo. Isso não ocorre com uma preposição que atribui caso oblíquo. Esta nunca pode desaparecer. O que podemos extrair do seu trabalho é que ele aponta situações em que a preposição *to* (igual a *a* no PB) desaparece.

Se realmente houve uma mudança que fez com que a preposição desaparecesse do objeto de verbos como *agradar*¹², esta mudança afetou todo o conjunto dos verbos psicológicos com o experienciador como objeto. Ao mesmo tempo em que transformou *agradar* em transitivo direto com o uso opcional da preposição *a*, ensejou o uso da preposição *a* com verbos como *preocupar* que eram considerados apenas transitivos diretos. Conseguimos vislumbrar por que a preposição *a* é o pivô destes fenômenos se levamos em conta os apontamentos de Larson (1988) sobre o *to* do inglês.

Mas observamos uma outra mudança no PB envolvendo a preposição *a*. Em alguns contextos a preposição *a* compete com *para* como mostra (26).

- (26) a. Entreguei a encomenda *ao* João.
b. Entreguei a encomenda *para* o João.

Nesta competição é nítida a vantagem de *para*. Isto é, em vez de desaparecer, a preposição *a* é substituída por *para*. Veja que a substituição não é possível em (27):

- (27) a. Este carro agrada *ao* João.
b. *Este carro agrada *para* o João.

Vamos dizer que este é o estado de coisas porque estamos às voltas com caso inerente em (27) e não estrutural (26). O verbo *entregar* em (26) descarrega

¹² Veja que o *de* do DP objeto de *gostar* não pode desaparecer, como mostra (25a). Isto é previsível porque o objeto de *gostar* não precisa ser necessariamente [+humano], como precisa ser o objeto experienciador dos verbos psicológicos com tema como sujeito.

acusativo (estrutural) em *a encomenda* e não tem mais nenhum caso para descarregar. Como o DP *o João* precisa de caso, uma preposição deve vir junto a ele. Se fazemos a hipótese de que o *a* no PB se tornou específico para contextos de caso inerente, entendemos sua (quase) substituição por *para* em (26). Nos temos de Ramos (1992) *para* é um atribuidor “forte” de caso, enquanto *a* apenas marca o caso morfológico atribuído pelo verbo. E entendemos que a presença do *a* seja desfavorecida quando o objeto experienciador dos verbos psicológicos está em sua posição canônica: existem dois elementos, ela e o verbo, concorrendo para que o DP tenha caso.

CONCLUSÃO

A constatação de que, em sentenças contendo verbos psicológicos com um tema na posição de sujeito, a preposição *a* está desaparecendo do PB nos levou a desenvolver este estudo.

Uma de nossas hipóteses iniciais era a existência de cinco classes de verbos psicológicos. Esta se mostrou inadequada, pois encontramos comportamentos simétricos ao ponto de separá-los em apenas duas classes: os que têm o tema na posição de sujeito e os que têm o experienciador na posição de sujeito. A comparação entre as sentenças do italiano e do português mostrou que há algumas diferenças significativas entre as duas línguas. O italiano tem caso dativo, já o português não. Assim, no italiano, há três classes de verbos psicológicos, enquanto o PB há apenas duas.

Ao aplicar os testes de B&R aos verbos psicológicos no português verificamos que três deles se mostraram eficientes: o do clítico anafórico, de *pro* arbitrário e da passivização, o que nos permitiu confirmar que o sujeito tema dos verbos psicológicos não é argumento externo. Portanto, esses verbos são inacusativos.

Uma descoberta foi que certos prefixos como *des-*, quando atachados aos verbos, não permitem que o verbo formado seja interpretado como não psicológico. Isto foi importante na aplicação dos testes, pois a ambigüidade mostrada por verbos sem estes prefixos desaparecia em verbos que os continham.

Outra hipótese inicial era que a preposição *a* estaria desaparecendo do português do Brasil, quando o DP argumento interno permanecesse na posição de complemento do verbo e se manteria quando este DP estivesse anteposto a ele. Esta hipótese se confirmou durante o nosso estudos. Os verbos psicológicos com um tema na posição de especificador de IP atribuem caso inerente para o experienciador que é o outro complemento interno. Este caso é realizado pela preposição *a* quando o DP está

deslocado. Se existe um item lexical propício a não aparecer na sentença, este item é a preposição *a*; quando entra em competição com o verbo para atribuir caso, ela desaparece.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLETTI, A & RIZZI, L. (1988) " Psych-Verbs and θ -Theory ". *Natural Language And Linguistic Theory*. 6 291 - 352.

BELLETTI, A. (1988) "The Case of Unacusatives". *Linguistic Inquiry*. 19, nº 1, 1 - 34.

BAKER, M. (1985) "The Mirror Principle and Morphosyntatic Explanation". *Linguistic Inquiry*, 16, n. 3.

CANÇADO, Márcia. (1995) "A Teoria de Proeminência de Grimshaw e os Psico-Verbos do PB". *D.E.L.T.A.* 11, 2.

CANÇADO, Márcia. (1997) " Verbos Psicológicos do PB e a análise Inacusativa de Belletti & Rizzi: Indícios para uma Proposta Semântica." *D.E.L.T.A.*, 13.

CANÇADO, Márcia & FRANCHI, "Exceptional Binding with Psych-Verbs". To appear in *Linguistic Inquiry*

CHOMSKY, N. (1986 b). "Barriers". *Mit Press*. Cambridge, Mass.

DEMONTE, V. (1994) "On Certain Assimetries between DOs and Ios". In G. Cinque, J., Koster, J. Y., Pollock, Rizzi, L. & Zanutini (eds) *Paths towards Universal Grammar Studies in honor of Richard Kayne*, Washington: Georgetown University Press.

DOBROVIE-SORIN, C. (1998) "Impersonal *se* Construtions in Romance and of Unergatives". *Linguistic Inquiry*, 29, n. 3.

FERNANDES, Francisco (1999). "Dicionário de Verbos e Regimes". 43ª ed., Ed..

Globo, São Paulo.

HAEGEMANN, L. (1995) "Introduction to Government and Binding Theory".
2ª ed. Cambridge, Mass.

HALE, K. & KEYSER, S. J. (1993) "An Argument Structure and The Lexical
Expression of Sintatic Relations". Mit Press, Massashusetts.

JACKENDOFF, R. (1990) "On Larson's Treatment of the Double Object
Construction". *Linguistic Inquiry*, 12, n. 3, 427-456.

KIM, Y. & LARSON, R. K. (1989). "Scope Interpretation and The Syntax of Psych-
Verbs." *Linguistic Inquiry*, 20, n. 4, 681-688.

LARSON, R. K. (1988). "On Double Object Construction". *Linguistic Inquiry*, 19,
n. 3, 335-391.

MIOTO, Carlos. (1998). "Preposições: núcleos lexicais ou funcionais?". *Linguística
e Ensino*. 1ª ed., Ed. Insular. Florianópolis, SC.

MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo e & LOPES, Ruth Elisabeth
Vasconcellos. "Manual de Sintaxe". 1ª ed., Ed. Insular. Florianópolis, SC.

MIOTO, C. & KATO, M (1999) "Aspectos da Subordinação da Sentença" (a sair) na
Gramática do Português Falado.

PESETSKY, David. (1987) "Binding Problems with Experiencer Verbs." *Linguistic
Inquiry*, 18, n.1, 126-140.

RAPOSO, E. (1978) "Introdução à Gramática Gerativa: Sintaxe do Português".
Moraes Editores. Lisboa.

RIZZI, Luigi. (1997) "The Fine Structure of The Left Periphery". In L. Haegeman
Elements of Grammar, 281-337.

SPENCER, A. (1991) "Morphological Theory". Blackwell Publishers. Cambridge, Mass.

ZUBIZARETTA, M. L. (1985) "The Relation between Morphophonology and Morphosyntax the Case of Romance Causatives". *Linguistic Inquiry*, 16, 247-289.

APÊNDICE

VERBOS PSICOLÓGICOS

abalar	animar	azoretar
abater	ansiar	azougar
abismar	antegostar	baralhar
abominar	antegoçar	cativar
aborrecer	antipatizar	chocar
abstrair	apaixonar	cismar
acabrunhar	apavorar	cobiçar
acalentar	apaziguar	combaliar
acalmar	apiedar-se	comiserar
acanhado	aplacar	comover
aceitar	apoquentar	compadecer
acobardar	aprazer	compreender
acovardar	apreciar	compungir
admirar	arejar	conceber
adorar	ariscar	concentrar
afeiçoar-se	arrasar	confiar
afetar	arrebatar	confortar
aficcionar-se	arrefecer	confundir
afligir	arrenegar	conhecer
agitar	arrepender-se	consolar
agoniar	arroubar	consternar
agradar	arvoar	contentar
agüentar	aspirar	contrariar
alegrar	assombrar	conturbar
aliviar	assustar	converter
almejar	atarantar	culpar
alterar	atediar	cultuar
alucinar	atemorizar	decepcionar
amadurecer	aterrar	deleitar
amalucar	aterrorizar	deliciar
amargar	atordoar	depauperar
amargurar	atormentar	deplorar
amedrontar	atrair	depreciar
amiserar-se	atristar	deprimir
amofinar	aturar	desafeiçoar
amolar	aturdir	desafogar
amolecer	avaliar	desagradar
amuar	aviltar	desalentar
anelar	azoar	desanimar
angustiar	azoratar	desapontar

desassosegar	embravecer	escabrear
desatinar	embriagar	esgotar
desconcertar	emburrar	espairecer
desconfiar	emocionar	espantar
desconfortar	empolgar	espavorir
desconsolar	empombar	espertar
descontentar	enamorar	espicaçar
descuidar	encabular	espinhar
desculpar	encaffifar	esquecer
descurar	encantar	estarrecer
desejar	encarniçar - se	estimar
desempolgar	encolerizar	estimular
desencantar	encorajar	estontear
desencasquetar	encoruçar-se.	estupefazer
desencorajar	endemoninhar	exaurir
desenfadar	endiabrar	excitar
desenfastiar	endoidar	extasiar
desenganar	endoidecer	extenuar
desentediado	enebriar	fantasiar
desentorpecer	enervar	fascinar
desentristecer	enfarar	ferir
desequilibrar	enfadar	fraquejar
desesperançar	enfastiar	frustrar
desesperar	enfezar	gostar
desestimar	enfraquecer	hesitar
desgostar	enfurecer	horripilar
desgraçar	enfuriar	horrорizar
desiludir	engraçar	humilhar
desinervar	enjerizar-se	imaginar
desinquiatar	enjoar	importunar
desinteressar-se	enlevar	impressionar
deslumbrar	enlouquecer	inconformar
desmiolar	enojar	incontentar
desnortear	enraivar	indignar.
desolar	enraivecer	indulgenciar
desorientar	ensoberbecer-se	inebriar
despeitar	entediado	inervar
despreocupar	entender	infelicitar
desprezar	enternecer - se	infernar
desvairar	entojar	infernizar
detestar	entristecer	inibir
devanear	entontecer	injuriar
distrair	entorpecer	inquiatar
divertir	entreter	insatisfazer
doer	entusiasmar	insensibilizar
duvidar	envaidecer	inspirar
emaranhar	envergonhar	interessar
embaraçar	esbravear	interiorizar
embevecer	esbravecer	intimidar
embrabecer	esbravejar	intranquilar

introjetar
 intuir
 invejar
 irar
 irritar
 judiar
 lancinar
 languir
 lembrar
 lisonjear-se
 machucar
 macular
 madurar
 madurecer
 magoar
 malquerer
 malucar
 maravilhar
 memorar
 memorizar
 menosprezar
 mexer
 miserar
 molestar
 obsecar
 odiar
 ofender
 olvidar
 oprimir
 orgulhar
 pacientar
 padecer
 pasmar
 pejar-se
 penar

penalizar
 perceber
 perdoar
 perturbar
 pirar
 preferir
 preocupar
 presentir
 pretender
 prezar
 querer
 reanimar
 rabiari
 recalcar
 recear
 reconfortar
 recordar
 redimir
 refugar
 regalar
 regozijar
 rejeitar
 rejubilar-se
 relegar
 reprimir
 respeitar
 ressentir
 resserenar
 retrair
 reverenciar
 revigorar
 revitalizar
 revoltar
 sarapantar
 satisfazer

seduzir
 sensibilizar
 sentir
 sentimentalizar
 serenar
 siderar
 simpatizar
 sobreexcitar
 sobressaltar
 sofrer
 sonhar
 sopitar
 sossegar
 superar
 suportar
 surpreender
 suspeitar
 temer
 tentar
 terrificar
 terrorizar
 tolerar
 torturar
 torvar
 tranqüilizar
 transformar-se
 translumbrar
 transtornar
 tratear
 traumatizar
 turbar
 ufanar
 venerar
 vilipendiar
 zangar